Reunião de 09/01/2023

ATA N.º 01/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS REALIZADA EM NOVE DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

---- Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas quinze horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes no Salão Nobre, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos e Rui Pedro Silva Marques. ----------
---- Registou-se a falta, considerada justificada, do Senhor Vereador José Manuel Borges da Silva. ----------

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia útil anterior, que apresentava os seguintes saldos: - Total de disponibilidades da Câmara Municipal:1.534.157,94 euros (um milhão quinhentos e trinta e quatro mil cento e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos); - De operações orçamentais: 890.941,22 euros (oitocentos e noventa mil novecentos e quarenta e um euros e vinte e dois cêntimos); - De operações não orçamentais: 643.216,72 euros (seiscentos e quarenta e três mil duzentos e dezasseis euros e setenta e dois cêntimos). ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, cumprimentou todos os presentes. Cumprimentou a Senhora Vice-Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, o Distinto Público, a Senhora e o Senhor Colaboradores da Autarquia. Afirmou que, antes de mais, nesta primeira reunião do ano de 2023, desejou a todos os Municipes, uma vez que fica também gravada na ata e em particular, também aos Senhores presentes, um Bom Ano de 2023, pleno de realizações pessoais, profissionais e familiares e, sobretudo, também com muita Saúde. Entrando, então, na Ordem de Trabalhos, deu conhecimento da situação financeira da Autarquia, já referida no ponto anterior. No Período de Antes da Ordem do Dia, se algum dos Senhores Vereadores se quisesse inscrever para fazer alguma questão, ou algum comentário, ou sugestão, que estivesse à vontade. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ----------
---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos cumprimentou o Senhor Presidente, os Caros Colegas, os Funcionários e o Público. Afirmou que também renovava, novamente, Votos de um Bom Ano, tanto em termos profissionais e também pessoais, porque é assim mesmo. O ano está a começar. Muito vai acontecer. E eles têm que estar também sensíveis e preparados para que tudo corra bem, em defesa das populações e também em termos pessoais. Relativamente à sugestão que ele tinha apresentado ao Senhor Presidente sobre uma ação, ou uma atitude, entendeu que deveria ser o Senhor Vereador Fernando Silvério a falar sobre isso. Dar uma imagem diferente para não ser ele porque é uma parte visada. Pronto. Pode-se considerar uma data mais propícia para que se possa fazer esta ação.

Ele entendia também o 25 de Abril. Pronto, a Exposição decorreu até ontem porque foi alargada atendendo à vontade, não só do Hotel Urgeiriça, mas também ao aumento de visitantes que foi criado com a promoção e divulgação da RTP, que veio também criar uma promoção distinta, não só à Região, mas também ao Hotel Urgeiriça, que é um Hotel com história e que sempre se pautou a uma atividade muito responsável e que tem uma imagem muito positiva, que tem defendendo ao longo dos anos. Para culminar esta Exposição, pronto, serviu também para mostrar o que estes Artistas têm feito ao longo destes anos, não só a nível Regional, como também Nacional e Internacional. Sobre outros aspetos que ele também queria referenciar, era se já há algum avanço sobre a IP na visita aqui ao Concelho porque, cada vez mais, com estas chuvas, vem-se degradando o espaço que eles intervencionaram. Há barreiras que estão a cair. Na Quinta das Lameiras já caíram muros. As obras estão, completamente, paradas e há necessidade de saber, exatamente, se já há uma data previsível para que eles possam acautelar esta visita. Porque as máquinas e veículos que eles utilizam neste percurso são utilizados também pelos caminhos que são circulares, caminhos próximos e também tendem a degradar e há pessoas que querem utilizar estes caminhos para os seus terrenos e cada vez têm mais dificuldades. Estão a viver também um período nobre que antecede o Carnaval, também queria perguntar ao Senhor Presidente se o Município está já, porque estamos, praticamente, a um mês, se tem já preparado, ou o que é que pretende fazer em termos de divulgação de cartaz turístico, tipo género outdoors e informação para que o nosso Carnaval, que já foi considerado o 10.º, essencialmente o de Canas de Senhorim, mas, pronto, por arrasto, também o Carnaval de Nelas, o 10.º melhor Carnaval do País. É verdade. O nosso Carnaval de Canas de Senhorim foi considerado o 10.º melhor Carnaval do País. Não É bairrismo. É verdade. E é mais antigo do que o Carnaval de Nelas. Mas toda a gente fica a ganhar. Quando vêm aqui ao Concelho toda a gente fica a ganhar. Pronto. É assim. Portanto, o que é que se pretende fazer para, a um mês, há necessidade também de criar uma imagem que dê uma dimensão própria para que projetar e divulgar o nosso Carnaval. É só. ---------- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Aires Santos. Perguntou se havia mais alguma questão para já. Não. Muito bem. Afirmou que, então, sobre as questões levantadas pelo Senhor Vereador Aires Santos, aquela questão, que falaram na última reunião, de agradecimento e reconhecimento, faziam-na a várias mãos, eventualmente, só vir um esboço por e-mail e depois eles, aqui, complementam e conjuntamente, depois redigem o que será o documento final. Sobre a visita da IP, sim, já está marcada. É este mês. É na quarta semana deste mês. Será e conforme eles aqui falaram, obviamente que os Senhores Vereadores serão convidados para fazer também a visita. Esta a se agilizada com a Infraestruturas de Portugal, com o Dr. Carlos Fernandes, que é o Vice-Presidente da Infraestruturas de Portugal e o Responsável, como os Senhores Vereadores sabem, da empreitada da Modernização da Linha da Beira Alta e há um guião que está a ser consensualizado com duas componentes, que é uma de acompanhamento às obras, em particular, onde tem tido um impacto maior no nosso território, no nosso Município. Uma avaliação ao decorrer das obras que têm sido realizadas. E depois um ponto final com aquele que o Executivo acha que tem a ver, não no que está no Caderno de Encargos porque isso já está instituído, mas no que eles foram falando, particularmente, na reunião de outubro de 2022, que tiveram, que já aqui deram conta, em Mortágua, com os Municípios que fazem parte desse segmento, desde a Pampilhosa até Mangualde, com as questões que eram transversais, onde lhes foi dito e volta aqui a dizer o que lhes foi dito, que havia um projeto, que estava consignado o projeto, que não havia alterações de maior. Os Municípios que estiveram presentes, a única coisa que quiseram foi também salvaguardar, dentro do que havia a salvaguardar, na altura, porque já estava tudo negociado era a questão da reposição de muito do que têm sido os transtornos causados, não sobre a demora do tempo porque a obra era para estar concluída este mês, em 31 de janeiro de 2023, a empreitada toda, a empreitada toda, que já nessa reunião lhes foi também logo dito, obviamente, quando questionada a IP, que, obviamente, não seria cumprida a empreitada, remetendo-se para este ano a sua conclusão, até por causa dos fundos que foram constituídos para a sua execução. No entanto, ainda sobre esta empreitada, há questões aqui para resolver. Têm a questão do que lhes disseram, tanto o

Empreiteiro, como o Dono de Obra que é a IP, que estaria resolvida até março a questão do tabuleiro, que é a Ponte, junto ao Boi, no sentido Nelas – Seia. E, portanto, que estaria resolvido nesta altura. E quando vier a visita do Dr. Carlos Fernandes e da IP, entre essas, foi aquilo que eles já aqui falaram, há necessidades que, eventualmente, terão que ser repostas, quer com obras decorrentes de estaleiro, quer com obras decorrentes das obras em si, do Empreiteiro. O Dono de Obra é a IP. Que tem a ver com acessibilidades na Lapa do Lobo, que foram, entretanto, deterioradas também. Tem a ver com a questão, que não dá para mexer muito, mas que tem a ver com moradores da Lapa do Lobo, que o Executivo já recebeu e que gostariam que fosse contemplada uma outra solução e o Executivo disse-lhes e vai fazê-lo, vai tornar outra vez isso a pôr o assunto em cima da Mesa, sendo certo que a empreitada está definida e a IP, aos Municípios, disse que tudo o que concerne que seja trabalhos a mais, custos adicionais, não haveria uma grande abertura para isso, Mas, obviamente, enquanto estiverem sobre essa sede, digamos assim, de alguma capacidade de negociação, irão exercê-la, nomeadamente, que tem a ver também com o Apeadeiro. Mas estão a falar de um tipo de comboio diferente, com comboios maiores, mais rápidos, mais silencioso e aqui, por uma questão de segurança também mais complexa. Havia ali a possibilidade se ter ponderado, por alguns moradores, uma passagem subterrânea, que era uma solução ideal. Mas, ele, Senhor Presidente, duvida que haverá muita vontade da IP para fazer uma infraestrutura desta natureza nuns trabalhos a mais. Mas, obviamente, que o Executivo fez o compromisso de que irá falar sobre isso, ou até o ponto da própria passagem, embora isso tenha a ver muito com questões de segurança. Há a questão ainda relacionada com Canas de Senhorim e, nomeadamente, com a parte da Urgeiriça e a questão da Passagem Superior. Há a questão do decorrer do que foi alguns transtornos causados, quer com canalizações que acabaram por danificar e foi a Câmara que acabou por reparar para as pessoas não ficarem sem acesso a água e às canalizações todas dos Serviços, mesmo depois com o Empreiteiro. O Executivo tem esse inventário todo feito para apresentar, obviamente, como obra e como ressarcimento por parte da IP, porque, independentemente, de constar, ou não, no Caderno de Encargos, decorre da empreitada e do que eles fizeram com taludes que, eventualmente, acabaram por ruir também no decorrer da empreitada. No Folhadal também, até por questões que lá tem a ver com um poste que o Executivo já alertou a E-Redes e a IP para resolver o problema. Naturalmente, a pavimentação, isso está assegurado, da Rua Eng.º Alberto Vilhena que, enquanto decorre a obra, tem responsabilidade também da IP porque está a vedar o acesso. A questão também que tem a ver com uma parte do estaleiro, digamos assim, do Acesso Sul, na direção da passagem do túnel que há em direção ao cemitério novo. Mesmo, questões ainda na Zona Industrial. E, pronto, sobremaneira, um conjunto de assuntos que lhes foram fazer chegar, quer por Municipes e grupos de Municipes, quer no decorrer do acompanhamento, naturalmente, com efeito da obra. E, em particular, também ali na questão do tabuleiro da ponte, que estará resolvido. Ainda estavam há bem pouco tempo, nas já retiraram a pedra e estão a concluí-la. Alegadamente, o que disse o Responsável, o Eng.º Carlos Pires, estavam a pensar estar concluída a retirada toda durante esta semana. Aliás, já estava agendada há algum tempo amanhã uma reunião com a IP, mas com a Regional e com o Empreiteiro, para esse efeito, até por causa dessa visita, da IP. Naturalmente o Executivo gostaria que os Senhores Vereadores também estivessem presentes, se tiverem disponibilidade nesse sentido. Depois o Executivo contactá-los-á quando estiver definido ao certo o dia, sendo certo que é logo no início da quarta semana, segunda-feira, terça-feira, que será, em princípio, a reunião está marcada e será num dia, ou no outro dia. Sobre o Carnaval, sim. O Executivo está a fazer, ainda hoje já está agendado e estão já marcadas há algum tempo as reuniões com duas

Associações, sendo na quarta-feira com as outras duas Associações também em conversações com elas e dentro das disponibilidades, sobre o Carnaval e naturalmente, sobre a promoção do evento no que concerne às diversas plataformas de divulgação do Carnaval. Dizer ainda, sobre estas questões que têm a ver com divulgação e com a promoção territorial, há um conjunto de ações e de atividades que estão a ser planificadas e que, naturalmente, depois a seu tempo também falarão sobre elas. E o que também decorre de uma outra questão que tem a ver com um compromisso que também aqui tiveram e que têm sobre a questão do PT 2030. Na última reunião da CIM, os Municípios foram informados que vai haver na reunião com a Presidente da CCDR, como os Senhores Vereadores sabem, também já falaram aqui, muito do que são os Fundos de Coesão, os Programas Operacionais tinham uma Agenda, digamos assim, nacional, o PO SEUR, como os Senhores Vereadores também muito bem sabem, tudo o que era o Ciclo Urbano da Água, a questão das ETAR,s, do Reservatório, passava pelos Programas Operacionais de âmbito nacional. Vão passar para a CCDR e muito, provavelmente, depois desses, serão transferidos para as Comunidades Intermunicipais. A questão que aqui se está a prever são duas questões que são importantes: Uma, que é a forma como vai ser articulada esta questão. Vão haver investimentos que vão ser definidos como obrigatórios. Portanto, são estas as áreas. Ele, Senhor Presidente, vai falar só academicamente: Educação, Cultura e Saúde. E os Municípios têm que se candidatar obrigatoriamente também àqueles campos. E haverá depois dois ou três para as CIM,s, para as suas especificidades. Será neste mês que isso será agilizado. Está convicto que na próxima reunião, que é a 30 de janeiro, está convicto que até na próxima reunião, eventualmente, já terá também novidades sobre isto, nomeadamente, quais são as linhas orientadoras que a CCDR vai dizer, sendo certo que o Programa depois será apresentado logo a seguir, em fevereiro e março. Isto a propósito, também poderá falar sobre isso, o Executivo teve uma reunião na Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões, enquanto Município, nomeadamente, para questões relacionadas com Programas que o Executivo candidatou no âmbito do PRR. Candidatou a questão dos Centros de Saúde e como até foi notícia pública, portante, estas candidaturas estão aprovadas, os Municipios que se candidataram a elas no último trimestre do ano passado, como foi o caso da Câmara Municipal de Nelas, do nosso Município. E, portanto, a resposta que o Executivo teve do PRR é que, durante este mês, também será informado sobre o processo de maturidade da candidatura, sendo certo que as informações que o Executivo tem é que naquele Quadro Comunitário do PRR que isso avançará e que, portanto, os Municípios que estão lá associados e que fizeram candidatura no último trimestre, serão contemplados. A outra questão que está também em cima da Mesa é, eventualmente, mesmo o próprio IVA, que era para ser e é para ser custeado pelo Município, possa vir a ser devolvido depois mais tarde e o Município faz o investimento e é ressarcido posteriormente. O que também já falaram aqui é um Quadro Comunitário que é lançado no âmbito do PT 2020, projetado para o PT 2030, será, digamos assim, antes de começar o PT 2030, será o processo, ou o projeto iniciador, digamos assim, que são as Escolas, a Requalificação das Escolas. A apresentação dos projetos é até ao dia 30 de abril deste ano. O Executivo já está a trabalhar nesse sentido porque há o que é a parte da comparticipação já está, perfeitamente, definida. Tem a ver com a área e com uma regra já previamente, estabelecida que tem a ver com os metros quadrados dos estabelecimentos. E, portanto, é esse que será, digamos assim, o montante elegível. E, depois, o que o que o Executivo está a pensar fazer, obviamente, trará isso a reunião de Câmara e reunirá com os Agrupamentos, como é natural, é, no âmbito daquilo que foi a reunião com a CCDR também e do períplo que fez com os Agrupamentos, será muito enfocado na Reabilitação dos Espaços e na Eficiência Energética, sendo que, naturalmente, o que o Executivo também estará para fazer é com o grau de maturidade que os próprios projetos tenham em si. Ou seja, o que é necessário é que este projeto seja feito, que seja depois feita a reprogramação de acordo com o que são os montantes elegíveis e, naturalmente, avançarem para essa questão. Ainda no âmbito do PRR, o Executivo questionou também a questão do Centro de Mobilidade do Centro Histórico de Santar, que também aguarda a resposta no seguimento do projeto que foi feito e que não foi deferido e o Executivo submeteu-o a PRR no âmbito da acessibilidade e também tem expetativas que seja levado a bom porto e no contacto que foi feito também com

a CCDR no sentido também de sensibilizar para haver uma resposta célere porque também é um conjunto de investimentos iniciados no Setor Privado que, em harmonia com o investimento público, podem potenciar e muito também o crescimento, não só de Santar, mas projetar a Freguesia e a União de Freguesias de Santar e Moreira e também de acordo e em particular, do nosso Município e do nosso território. Ainda no âmbito das candidaturas, pronto, o que o Executivo fez foi aquilo que ele, Senhor Presidente, tinha dito. Há candidaturas feitas para a parte que é a Requalificação do que falta do Parque Escolar, como ele, Senhor Presidente, já aqui falou, de algumas das Escolas Primárias e Jardins-de-Infância que falta requalificar e outras fazer parte da requalificação. Do muito que são os edifícios públicos que têm bastantes intervenções no âmbito da reabilitação e da regeneração, seja o Pavilhão, sejam as Piscinas Cobertas, sejam os próprios edifícios da Cãmara, sejam algumas Escolas que são do Município, até as Escolas novas, inclusivé, que têm problemas, como em Carvalhal Redondo, em Canas de Senhorim. E, portanto, há necessidade de fazer essas intervenções. E isso também é uma das linhas que o Executivo fez no chapéu-tipo e que, quando depois houver esta reunião, trará aqui à reunião de Câmara o que acha que poderão ser as linhas mestras e ouvir, naturalmente, os contributos dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Sendo certo que o Executivo, inclusivé, tem ali questões que vão desde essa parte também, a Educação. Há também ali a parte onde o Executivo também tem, no Ciclo da Água, a conclusão, quer na tentativa, ou no melhoramento da questão do Saneamento, de ETAR,s, onde elas faltem, da requalificação das fossas sépticas e também da resolução de um problema de há muitos, muitos anos e que já há um projeto iniciado nesse sentido que tem a ver, naturalmente, com uma requalificação da conduta e de todo o sistema que vem do depósito da água, no seu percurso todo porque a incidência que tem não se circunscreve só à Vila de Nelas e seria também relevante por causa disso, mas implica a sua distribuição para todo o Concelho, em particular para o Sul do Concelho, mas também a ramificação com a gestão da distribuição da água para todo o sentido. A ideia que o Executivo tem é, quando se faz o investimento deste tem que ser muito parecido com os outros investimentos. Já se faz o rasgo para se fazer só a intervenção na água, que justificaria, em abono da verdade, mas já que se faz essa intervenção convém ser complementada logo na sua globalidade, quer no que concerne às telecomunicações, quer, particularmente, também no que concerne ao Saneamento. E, portanto, está a falar de custos muito diferenciados. E há, depois, esta ideia de que, no final deste mês, com as linhas, se a distribuição em baixa, como está tipificada, como nas chaves-mestras do PT 2030, se repercutirem na CIM também, para o Executivo é uma das linhas financiadoras a que o Executivo se pretende candidatar, sendo certo que os valores de todos os trajetos são significativos. O que está a ser equacionado, naturalmente, é, fazer a parte por etapas e por ciclos e fazer intervenções onde seja mais relevante. Também nesta questão também dizer que o Executivo tem já protocolado um projeto de cooperação entre a Câmara e o Instituto Politécnico de Viseu, com os diversos Departamentos e Valências no sentido também de haver a colaboração do Instituto Politécnico de Viseu com o conhecimento e com a parte científica. Está a trabalhar no sentido de haver Cursos Técnicos Superiores Profissionais. Terem cursos de ensino superior já este ano, mas no próximo ano letivo, portanto, a partir de outubro, novembro. Mas também tiveram uma reunião com o Departamento de Ambiente e há um conjunto de e com a Escola Superior Agrária, que a reunião, esta foi informal, só com a Escola Superior Agrária, com o Departamento já foi feita aqui na passada sexta-feira, que tem a ver muito com um conjunto de oportunidades que têm a ver com o apoio e com o conhecimento sobre o Ciclo da Água, desde a avaliação da qualidade da água, das ETAR,s, da Eficiência Energética das nossas ETAR,s, das questões da radiação

onde o Departamento de Ambiente é fulcral e onde se mostrou muito interessado em fazerem esses Estudos em Canas de Senhorim, na Urgeiriça também, mas um bocado pelo Concelho porque muito do que saiu das escombreiras também foi muito espalhado também pelo Concelho, desde a qualidade do ar também, fazer medições de qualidade do ar. E também com a Escola Superior Agrária, uma questão que também era um dos compromissos do Executivo que tinha a ver com um Projeto para a Quinta da Cerca. E, portanto, há essa vontade expressa do Departamento de Ambiente e da Escola Superior Agrária e do Instituto Politécnico de Viseu também serem parceiros no que concerne, em particular, a devolver um pouco o que era o Projeto original, que era um bom Projeto para o Município, de promoção territorial, mas também de ambiente e de sustentabilidade, que tinha a ver com ser um Parque, digamos assim, de Preservação da Fauna e da Flora, um Parque Temático também e, em particular, da salvaguarda do nosso Património Arbóreo também e tudo o que é a nossa identificação de Fauna e de Flora. Pronto, grosso modo, aproveitou, se calhar, a intervenção do Senhor Vereador Aires Santos depois para explanar outros assuntos que, entretanto, julga que faziam sentido. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ----------

O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos afirmou que podia só dar mais um pequeno contributo, que tinha aqui, mas que não tinha passado aqui para os seus apontamentos. A Cavalum, que é a empresa que tem a mini-hídrica em Senhorim contactou-o que tem dificuldade em lá chegar agora com estas intempéries, com estas enxurradas, criou muitas dificuldades a que lá cheguem lá baixo à mini-hídrica. E, ele disse que, acabou por dizer que hoje tinha reunião de Câmara e que ia interceder junto da Câmara para que, logo que seja possível, ou dentro dos possíveis, para agilizar, porque eles têm necessidade de lá ir abaixo para manutenção e para repor as coisas todas ali a funcionar. ----------

O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Aires Santos pelo contributo. Sendo certo que o Executivo também tem agora aqui uma questão que é, não têm sido tempos também fáceis para ninguém. Não deixa de ser um paradoxo quase. Andaram um verão inteiro a rezar aos Anjinho e aos Santinhos para que chovesse porque não tinham água e estiveram em sérios riscos de não ter água nas nossas torneiras. E, de repente, aparece um inverno com esta pluviosidade toda, que o Executivo agradece, mas, em contrapartida, depois tem o que está a acontecer pelo País inteiro também. Mas com outro, que é também preocupante, que tem a ver com outro ponto, isto, umas coisas vão chamando as outras, que tem a ver com a questão do armazenamento da água e da Barragem de Fagilde. Como os Senhores Vereadores também já ouviram, as comportas da Barragem de Fagilde tiveram que ser abertas por causa do caudal muito forte. Eles têm problemas estruturais na Barragem de Fagilde. E não deixa de ser quase um paradoxo. Por questões de segurança, para não haver danificação na Barragem, tem que se abrir as comportas. Mas depois a capacidade está aquém do que podia estar. Mas não dá para ser de outra maneira, sob pena da Barragem, depois, ter ali outros problemas estruturais. O que não deixa de ser um paradoxo, infelizmente. Também sobre este assunto, já que veio também a Barragem, esteve e também foi informação, como os Senhores Vereadores sabem, tem muito a ver com a ETA de Viseu. E, portanto, como os Senhores Vereadores sabem, já falaram aqui que há aquele protocolo entra a Câmara e a APA sobre o Estudo da Viabilidade da Barragem, ou da nova Barragem de Fagilde, que parece que será uma nova. Já não é no mesmo sítio. Pode ser noutro. O Estudo era para ser feito até ao final do mês passado. Foi prorrogado até ao final do mês de janeiro. E depois será apresentado o Programa de Viabilidade Financeira sobre a nova Barragem de Fagilde. Mas, pronto, enquanto o Estudo é feito, enquanto, depois, o Impacto e a Viabilidade Económica é uma coisa e depois a sua concretização é uma coisa também diferenciada. Mas, pronto, tudo o que está a ser feito, mesmo com o Ministério do Ambiente, é no sentido de que haja, por parte do Ministério do Ambiente, também um apoio nesse sentido. Como ele, Senhor Presidente, já aqui disse, o próprio Ministro do Ambiente está a sugerir que os Municipios adiram à Águas Douro e Paiva para normalizar o Sistema de Abastecimento de Água em alta. E, portanto, é disto que estão a falar. Antes de dar a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério só dizer que receberam a Comunicação do Senhor Vereador José Borges da Silva a dizer que, mercê de compromissos profissionais a que não pode faltar, solicita que seja relevada a respetiva

falta. E está relevada. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou o Senhor Presidente e todos os presentes, naturalmente. E visto também, comungar das palavras do Senhor Presidente, que é a primeira reunião de Câmara deste ano, que seja um Ano muito frutífero e cheio de sucessos para o nosso Concelho. Afirmou que, no entanto, queria começar por dizer que toda a apresentação e todo o discurso que o Senhor Presidente acabou de fazer é uma mão cheia de nada. Não trás nada de novo em termos prático. É uma mão cheia de nada. Posto este ponto prévio, ele não poderia deixar em claro esta situação que vai referir, até porque já não é a primeira vez e tem a ver com a postura do Senhor Presidente nas Assembleias Municipais. A Câmara Municipal é um Órgão, a Assembleia Municipal é outro Órgão e que, de certeza, concorrem para o sucesso e para o desenvolvimento que querem para o Concelho. E, falando da postura do Senhor Presidente na Assembleia Municipal, porque já não é a primeira vez que ele, Vereador Fernando Silvério, aqui fala nisso e a postura do Senhor Presidente voltou-se a refletir na última Assembleia Municipal e tem a ver com o que, mais uma vez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dentro dos seus conhecimentos, a tentar fazer de Presidente da Câmara nas possíveis respostas aos Deputados Municipais. E isso começa a ser preocupante, quer na postura do Senhor Presidente da Câmara, quer no próprio relacionamento entre a Câmara e, neste caso, o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal. E não é só ele, Vereador Fernando Silvério, a dizer isto. Já é a perceção que os Municipes têm. E, daí, as questões que lhe têm sido colocadas nas Assembleias Municipais relativamente a essa relação entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal. E, isso, preocupa-o a ele, Vereador Fernando Silvério. Estão a falar de dois Órgãos, de duas Instituições, que devem concorrer ambas para o desenvolvimento do Concelho. E não é isso que tem acontecido. Pelo menos não se tem verificado nas Assembleias Municipais. E, isso leva, infelizmente, a uma fragilização do papel de Presidente de Câmara. Hoje em dia é o Joaquim Amaral. Outro dia será outro, naturalmente. Mas têm que olhar também em termos institucionais. Ele pensa que há uma fragilização do papel de Presidente de Câmara. E apela ao Senhor Presidente para que, dentro de alguma forma, que esse entendimento e essa coabitação sejam diferentes. E outra postura relativamente também às questões que lhe são formuladas pelos Deputados Municipais, em que tem expressões como: Apetece-me agora dizer só isto. Ou, simplesmente, dizer que: Não respondo. Depois, se o Senhor Presidente quiser, ele, Vereador Fernando Silvério, depois trará as atas. Trará a ata da Assembleia Municipal. Que não responde. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que tem respondido a tudo. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Depois, também, dizer-lhe aqui dois, ou três aspetos e como é de Lei, naturalmente, os Vereadores da Oposição, nas Assembleias Municipais, não podem fazer o contraditório, como é óbvio. Podem fazer com a anuência do Presidente de Câmara. Os Vereadores da Oposição podem falar para defesa da honra. O Senhor Vereador Artur Ferreira pode falar nas Assembleias Municipais com a anuência do Presidente de Câmara. Já que o Senhor Vereador Artur Ferreira não sabe, ele, Vereador Fernando Silvério, vai elucidá-lo: Todas as questões formuladas por qualquer Membro, ou Deputado da Assembleia Municipal, são formuladas ao Presidente de Câmara.
Pediu ao Senhor Vereador Artur Ferreira para o ouvir. Todas as questões são formuladas ao Presidente de Câmara sempre. Os Vereadores podem usar da palavra com a anuência do Presidente de Câmara. Vão imaginar que existe uma pergunta acerca de um determinado facto

que é da responsabilidade de um determinado Vereador acerca de uma obra, acerca de um evento e o Senhor Presidente de Câmara dá a anuência ao seu Vereador para falar. Um Vereador da Oposição é diferente. Só pode utilizar a palavra, mediante consonância do Presidente da Assembleia, para defesa da honra. Estão a falar de coisas diferentes. Era para elucidar aqui o Senhor Vereador Artur Ferreira. Voltando àquilo que ele, Vereador Fernando Silvério, estava a falar. Nesta questão institucional apelava ao Senhor Presidente para que revesse isso porque, volta-lhe a dizer, não é fragilização do Joaquim Amaral, como é óbvio, não está a personalizar. É a fragilização do Presidente de Câmara no papel que deve ter numa Assembleia Municipal de resposta aos Deputados Municipais. E o Senhor Presidente depois também fala de alguns assuntos nas Assembleias Municipais que, no mínimo, é de uma grande hipocrisia. Tem que lhe dizer. Quando fala acerca do tratamento das águas residuais. Que faz ali uma exposição, que é um Projeto decisivo para o Município e eles concordam. Por isso é que eles encetaram o Projeto e tudo o resto, naturalmente. E não tem a humildade, sequer, de falar do processo que conduziu à consignação da obra relativamente ao papel dos Vereadores, ao papel da Câmara como Órgão. ----------
---- O Senhor Presidente pediu desculpa ao Senhor Vereador Fernando Silvério mas que na última reunião falou nisso. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Como Órgão, em que o Senhor Presidente queria votar contra a consignação dessa obra. E o Senhor Presidente faz ali uma explanação porque se não fossem os Vereadores da Oposição o Senhor Presidente tinha votado contra a obra. E é preciso também terem, na sua perspetiva, alguma humildade relativamente a isso. Depois, também, o Senhor Presidente voltou a falar na questão, porque já vinha no Orçamento para 2023 a questão do empréstimo e a falar dos benefícios do empréstimo para investimento, em resposta, naturalmente, a alguns Deputados Municipais, nomeadamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, eventualmente, disse que poderia votar contra esse empréstimo, quando o Senhor Presidente, anteriormente, votou contra todos os empréstimos para investimento, contra todos os empréstimos para investimento. ----------
---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Fernando Silvério para ir ler as atas. ------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: E também foi uma expressão que falou na Assembleia Municipal de coerência, vêm a coerência do Senhor Presidente no sentido que tudo isto leva a quê? E já quase toda a gente notou que não existe uma estratégia, não existe um objetivo, navega à vista. É isto que está a acontecer e é isso que perpassa, infelizmente, para a opinião pública, para os Municipes. Isto é o que se passa em termos factuais. Depois, também, outra coisa, relativamente à dívida, dirigindo-se ao Senhor Presidente, o Senhor Presidente pode dizer a quem quiser, aos seus amigos, apoiantes, que a dívida é de 17 milhões de euros, é de 20 milhões de euros. Mas, enquanto Presidente de Câmara, o Senhor Presidente tem que dar a informação correta à Assembleia Municipal. E os documentos, que é isso que importa e vai-lhe recordar porque já começa a ser dificil de ouvir esse seu discurso financeiro, de dificuldades financeiras, quando não se tem mais nada para apresentar. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que, quem andou oito anos a falar sobre a dívida, acha uma coisa fantástica. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que o Senhor Presidente esteve aí meia hora a utilizar a palavra. Ninguém o interrompeu. Que desculpasse lá. ----------
---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se sabia o que é que diz o Regimento. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que queria dizer uma coisa ao Senhor Presidente, que hoje não o interrompeu. Não o interrompeu hoje. O Senhor Presidente é o Presidente desta Câmara, legitimamente e ele, Vereador Fernando Silvério, respeita isso, como é óbvio. Vai concluir. Mas que o Senhor Presidente se lembrasse também que é só o Presidente da Câmara. E é o Presidente da Câmara que é, no que diz respeito à avaliação que todos fazem do Presidente de Câmara e que todos fazem dos Membros que compõem a Câmara. Por isso, queria-lhe dizer também isso. Se o deixar continuar. Perguntou-

lhe se podia continuar. Agradeceu ao Senhor Presidente. Vai tentar ser sucinto como o Senhor Presidente. E, como lhe estava a dizer, o que conta são os documentos porque são estes documentos que são enviados às Entidades Oficiais e que validam tudo isso. E no Mapa de Empréstimos para 2023 diz aqui numa coluna: Dívida estimada em 01 de janeiro de 2023: 9.312.000,00 euros, grosso modo. Se lhe juntarem a dívida a curto prazo, mais a Fornecedores, na última informação do Senhor Presidente, enviada à Assembleia Municipal, que é de 1.882.537,37 euros. Ele sabe que não querem ouvir. Mas vão ouvi-lo. ----------
---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, afirmou que vai ouvi-lo, mas que concluísse mesmo. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que ao Senhor Presidente cabia-lhe dirigir os trabalhos. Que desculpasse lá, mas que ele estava no uso da palavra e que estava a ser, constantemente, interrompido. Perguntou ao Senhor Presidente como é que ele, assim, dirigia a reunião. Vai continuar aquilo que estava a dizer. Relativamente à dívida, no Mapa Previsional para 2023, dos empréstimos, estava cá uma dívida estimada a 01 de janeiro de 2023, de 9.312.000,00 euros, grosso modo. Se lhe juntarem, na última informação da Câmara, remetida à Assembleia Municipal, a dívida a curto prazo e fornecedores, no valor de 1.882.000,00 euros, grosso modo, dá 11.200.000,00 euros. Por isso, quando o Senhor Presidente, na Assembleia Municipal, de uma forma irresponsável, irresponsável, fala numa dívida da Câmara, do Município de Nelas, de 17 milhões de euros, que se lembrasse que está a fragilizar a Câmara, está a fragilizar a Câmara perante as outras Entidades, CCDR, CIM, financiadores, está a fragilizar a Câmara. Por isso, relativamente aos 17 milhões de euros gostaria que o Senhor Presidente mudasse de disco porque não está a falar verdade. Outra coisa também, queria-lhe perguntar também, já há alguns dias que, infelizmente, falou há bocado na Freguesia de Santar/Moreira, concretamente em Moreira, a ATM foi vandalizada e houve um furto. Gostaria de saber o que é que a Câmara já envidou algum esforço, alguma ação nesse sentido até porque foi a Câmara que teve um papel preponderante para a instalação desses ATM,s, naturalmente. E era nesse aspeto que ele, Vereador Fernando Silvério, o estava a questionar. Também o Senhor Presidente falou aí na candidatura do Centro de Saúde. O Aviso que estava aberto termina a 30 de abril, das Escolas e Centros de Saúde. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que o Aviso para os Centros de Saúde já terminou. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: O que estava no Aviso estava 30 milhões de euros para Escolas e 5 milhões de euros para USF,s. A sua questão é essa porque havia essa candidatura aberta até 30 de abril para Escolas e USF,s, 30 milhões de euros para Escolas e 5 milhões de euros para USF,s, que tinham que ser realizados até 30 de abril. E como o Senhor Presidente disse que já tinha candidatado e a sua questão era essa, o Centro de Saúde no último trimestre de 2022, se essa candidatura tinha sido ao PRR e se a Câmara já tinha feito a candidatura das Escolas a este Aviso de 30 milhões de euros do PO. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira se queria dizer alguma coisa. Que era para depois ele concluir este Período de Antes da Ordem do Dia, se não se importassem. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que só queria, então, referir aqui duas coisas. Na primeira e para já só isso, na questão do Regimento e da Lei, o que diz o Regimento e a Lei, diz, expressamente, Vereadores. Não fala em Vereadores da Oposição, nem em Vereadores do Executivo. A única premissa que os Vereadores do

Executivo podem ter é, realmente, aquilo que disse o Senhor Vereador Fernando Silvério. Na exposição de algum projeto, ou de alguma área que seja dele, fazê-lo ele, em detrimento do Senhor Presidente. É a única diferença. Porque tudo que seja, como o Senhor Vereador Fernando Silvério disse e bem, que sejam atacados, só com autorização do Senhor Presidente e na defesa da honra. Os Vereadores só podem falar nesses termos. Portanto, aquilo que ele disse foi no seguimento do que disse o Senhor Fernando Silvério era que quando parece que estava a querer dizer alguma coisa que não é verdade do Senhor Presidente, ou algum Membro dos Deputados da Assembleia Municipal, terem direito, ou não, a falar. É nesses termos que ele, Vereador Artur Ferreira, falou. Tudo o resto, a única coisa que eles falam é isso. A única diferença é que falam em Vereadores do Executivo, ou não, é no valor das senhas de presença, que têm direito, ou não. A Lei é expressa sobre isso. Na questão da APR e até se pode trazer a ata para a próxima reunião. Pensava que tinha sido agora. Mas já foi aprovada. O que foi feito na altura, com os Vereadores da Oposição, com o Senhor Presidente e com os Vereadores do Executivo, foi que e acharam por bem, retirar da Ordem de Trabalhos, mais uma vez, aquele ponto para, durante 3 dias, acha que foram 3 dias que se retirou, tentarem chegar aqui a um valor mais significativo, depois o Senhor Presidente poderá falar sobre isso. Agora, naturalmente, não foi a Oposição, nem foi o Executivo, foi a Câmara, que falaram aqui há bocado na ordem da Câmara, foi a Câmara que assim decidiu. ---
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Artur Ferreira. Deu a palavra à Senhora Vice-Presidente Elsa Rodrigues. ----------
---- A Senhora Vice-Presidente Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, cumprimentou o Senhor Presidente e todos os restantes e o Estimado Público. Desejou Bom Ano a todos. Afirmou que só queria dizer que, de facto, nas Assembleias Municipais tem-se verificado algumas conturbações até mesmo dos Vereadores do PS que, às vezes, baralham-se um bocadinho naquilo que dizem e nas acusações que fazem. Há várias interpretações. No seu ponto de vista, ela pensa que o Senhor Presidente da Câmara tem estado muito bem, tem sido bastante claro, ponderado e tem sabido lidar muito bem com aquilo que tem ouvido. Relativamente ao Projeto da Requalificação da Água, ou melhor, da Reutilização da Água Residual, ela acha que eles nunca estiveram, este Executivo, nunca esteve contra o Projeto. Inclusivé, considera mesmo que talvez seja um dos Projetos mais importantes que o anterior Executivo pretendeu fazer e que, infelizmente, sem sequer começou. E ela, Senhora Vice-Presidente, pensa que o Senhor Vereador Fernando Silvério deve estar um pouco confuso porque, do ponto de vista deles, Executivo, aquilo que estava em questão foi ponderar os valores exponenciais em que ficou o terceiro concurso deste Projeto. Isto, sim, é que para eles era um passo dificil de dar, até porque era um valor elevadíssimo, valor altíssimo e este Executivo não é inconsequente naquilo que faz, nem quer ser, porque as dívidas ficam, como ficaram e têm que saber lidar com elas. Só por isto é que houve um impasse. Mas nunca, de todo, estiveram contra este projeto porque é um projeto estrutural e, ambientalmente, sustentável e importantíssimo, como ela referiu aqui numa das reuniões, não só para Nelas, mas para o País e até mesmo para o Mundo. De 1.500.000,00 euros para 3 milhões de euros.
---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente. Afirmou que iam ver se conseguiam aqui fazer um ponto da situação sobre algumas coisas. E ia começar sobre a questão das candidaturas ao PRR que o Senhor Vereador Fernando Silvério falou sobre as Escolas e sobre o Centro de Saúde. Já há muitas reuniões que andam a falar sobre isso e acha que não havia dúvidas quanto a isso. Mas visto que há, dizem outra vez. Houve uma candidatura do PRR do Centro de Saúde, sim. O Executivo candidatou-o. Eles falaram aqui várias vezes nas reuniões sobre isso, que era uma candidatura que, no seguimento de ter havido muitas outras que não foram, digamos assim, contempladas com apoios de Fundos de Coesão, foi aberto, no âmbito da Saúde, um Aviso, no âmbito do PRR, para as candidaturas. E o Executivo tinha sido até induzido, ou havia também essa necessidade de fechar Quadros e como a candidatura não estava concretizada, a anterior e não tinha sido aceite, para haver uma desistência, digamos assim, da candidatura e também já falaram nisso e as atas também o podem confirmar, o Executivo manteve essa persistência até ao fim porque acreditava que podia abrir este Quadro Comunitário, que também se falava nisso, que abriu também.

Portanto, essa candidatura já foi feita. Foi feita no ano passado. Eles já falaram dela aqui também. Tinha a ver com estes compromissos que existiam do Centro de Saúde e, portanto, isso está feito. Bem diferente, mas também já falaram nisso, é o Quadro Comunitário que ainda é do PT 2020, já falaram até nesta reunião sobre isso também com início do PT 2030, como experimental, que é até abril, que são as candidaturas das Escolas Secundárias, que também não foram aceites, que também caíram e que o Executivo vai candidatar ao abrigo deste Quadro Comunitário. Portanto, já falaram hoje sobre isso, mas, pronto, é mais um reforço, digamos assim. Sobre a questão da ATM, tanto de Moreira, como de Vila Ruiva, dizer que, tanto uma, como outra, foram, de facto, vandalizadas. E, portanto, houve a informação que foi feita. Há uma questão judicial, das Forças de Segurança, não judicial, onde, pronto, a Câmara tem que ser ouvida para apresentar a queixa sobre o procedimento, embora se saiba, obviamente, que os autores, pronto, é como é, serem apurados, ou identificados, é como é. Mas, como os Senhores Vereadores também sabem, há esses procedimentos que, naturalmente, estão a ser feitos. E, depois, naturalmente, em paralelo, há uma estimativa do custo que tem que ser feito com isso. Uma coisa é sobre a máquina em si e isso, estão a falar do Agente Financeiro. E outra coisa é, numa outra, particularmente, em Vila Ruiva, que é onde está o equipamento instalado. E, portanto, isso é uma questão ligada ao Município. Entretanto, as averiguações decorrem. Como os Senhores Vereadores sabem também, é sempre chamado o Presidente da Câmara porque tem a ver com o Património Municipal e isso está a ser feito. Sobre a dívida, sobre irresponsabilidade sobre a dívida muito haveria para falar. Mas, já falaram o suficiente e voltarão a falar ao longo do tempo. Gosta, particularmente, da ideia do disco e do substantivo utilizado para quem andou 8 anos a falar da dívida que herdou do tempo da Coligação de 2005 a 2013. Não foi um ano. Foram 8 anos. Nesses 8 anos, o Senhor Vereador Fernando Silvério ouviu todos os dias e todos os meses. E, na altura não se queixou do disco. Portanto, o disco, agora já não é o disco. Agora, quanto mais não seja, é numa plataforma digital, é um ano e vai continuar até que a voz lhes doa e até que os tímpanos do Senhor Vereador Fernando Silvério e o címbalo dos seus tímpanos o possam ouvir. Mas a Democracia é como é. E, portanto, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, que deixasse que lhe dissesse que, apesar das suas recomendações, que o Executivo muito agradece e ele, Senhor Presidente, em particular, naturalmente, fará o discurso político como assim o entender, obviamente e que será, devidamente, depois sufragado quando tiver que o ser. Que deixasse também que lhe dissesse outra coisa, que é o seguinte: Quando se fazem contas, as contas fazem-se do princípio para o fim, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, que é: Uma coisa que está aí é a dívida a médio e a longo prazo. O que o Senhor Vereador Fernando Silvério falou foi da dívida a curto prazo. Esqueceu-se, porventura, por lapso, o que acontece, de uma coisa que se chama os empréstimos excecionados que, como o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe, também contam para dívida. São excecionados, são. Não aparecem na sua conta. Mas esses empréstimos foram contratualizados. E, portanto, os empréstimos excecionados também têm que ser contabilizados. Da mesma forma, como têm que ser contabilizadas tudo o que é as Obrigações Contingentes. Nas Obrigações Contingentes tem a ver tudo o que é obrigatório por lei que esteja consignado que tem processos pendentes jurídicos. Ou seja, tudo o que tenha a ver com isso, obviamente, que tem a ver com questões que tem responsabilidade por parte da Autarquia e que tem que ter isso, devidamente, identificado. Que deixasse que lhe dissesse também, como também o Senhor Vereador Fernando Silvério bem sabe, aliás, muito bem sabe, até por questões de discos que, durante muito tempo, muito do que é dívida que não se projetou para outros patamares, tem a ver com algumas questões que acabaram por não ser

feitas. Que deixasse que lhe dissesse, por exemplo, que em muita coisa que se pensava fazer, ou se podia fazer, estes Quadros Comunitários que agora o Executivo resolveu candidatar de uma outra forma, tem um encargo financeiro para o Município e para o erário público muito, muito inferior. Sobre a questão da forma e da metodologia, o Senhor Vereador Fernando Silvério e os Senhores Vereadores lembram-se bem de que havia muita questão que era colocada e depois o Período de Antes da Ordem do Dia acabava assim: Está terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, sigamos para o Período da Ordem do Dia. Sem resposta. Ele, Senhor Presidente, não se lembra de uma única questão que tenha sido colocada que ele não tenha respondido. Pode não ter respondido de acordo com aquilo que os Senhores Vereadores gostariam de ouvir. Ele vai terminar se o Senhor Vereador Fernando Silvério o deixar terminar o raciocínio. Ele, Senhor Presidente, vai continuar. Falou, há bocadinho, premeditadamente, do hoje, que não interrompia hoje e que estava a ver. A questão sobre o procedimento, não se lembrava de nenhuma, nem da Assembleia Municipal também não se lembra de nenhuma e acredita que muitas das questões são redundantes as perguntas, Assembleia após Assembleia e o Senhor Vereador Fernando Silvério nunca viu crispação, ou nunca viu pouca vontade de falar. Se vir uma resposta nas atas que ele, Senhor Presidente, não tenha respondido, que a traga, por favor. Agora, se ele, Senhor Presidente, não respondeu aquilo que as pessoas gostariam de ouvir, isso é outra coisa. Ele, Senhor Presidente, também conduz e dá as respostas que acha que fazem sentido. O Senhor Vereador Fernando Silvério acha que é uma mão cheia de nada. Ele, Senhor Presidente, acha que é uma mão cheia de tudo. Já lá chega. E, portanto, o que interessa é assim: Houve alguma questão que tivesse ficado por responder? Não. Nem aqui, nem ali. Que o Senhor Vereador Fernando Silvério olhasse, que é um Período de Antes da Ordem do Dia que já ultrapassou. Aliás, como em todos. Não houve um único que ele, Senhor Presidente, tivesse dito assim: Está terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, sigamos para o Período da Ordem do Dia. Um? E se o Senhor Vereador Fernando Silvério quer falar sobre o PAOD e se quer falar sobre o que eram os procedimentos e coerência, é só irem aos mandatos anteriores, como é que terminava o Período de Antes da Ordem do Dia. Sobre a votação sobre os investimentos que lhe deixasse lembrar também outra coisa. Está à vontade sobre a questão das atas. Estão lá. As primeiras votações que houve foi questões relacionadas, ele vai ser lapidar nisto, mas é importante, está em ata, fez declarações de voto, está nas atas onde ele, Senhor Presidente, disse assim: Senhor Presidente da Câmara, queira, por favor, separar os investimentos no que é feito nos empréstimos, porque misturar o que é a Requalificação da Av.ª Joaquim Aguiar, a Requalificação das Quatro Esquinas, a Requalificação da Estação, com questões que, eventualmente, poderiam e deveriam estar contempladas em sede do Orçamento Municipal e colocar, ao mesmo tempo, as ETAR,s, está lá na ata. Está à vontade sobre isso. Até pode ser trazida. Ele disse: Senhor Presidente, retire isso. Ponha os investimentos diferentes. Até porque houve outro empréstimo para obras do Município, dentro desta natureza, para cemitérios e isso que devia ser sobre o Orçamento, que é o que ele dizia. E o que era obras estruturais, está lá em ata, ele disse: Retire isso que eu voto favoravelmente. Está lá na ata. Voltando aqui á questão das águas residuais, que o Senhor Vereador Fernando Silvério não lhe levasse a mal, de hipocrisia, eles podem falar de outra maneira. Portanto, é assim: Os Senhores Vereadores acusam o atual Executivo de deixar cair projetos. Quando não deixa cair projetos é acusado de não deixar cair os projetos. Vamos ver se nos entendemos. É assim: Como em qualquer governação, há questões que podem, ou não, ser prioritárias e há questões que têm que ser vistas à Lei do que é o erário público. Quando foi lançada a candidatura, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, se tivesse, o tempo é o que é, mas quando foi lançado e quando apareceu a candidatura era 1,5 milhões de euros. A adjudicação foi feita por 3 milhões de euros. É o dobro. O que era o esforço do Municipio inicial eram 600.000,00 euros. Passou para 2 milhões de euros sem a comparticipação porque não acompanhava. A comparticipação são 893.000,00 euros. Arredondem para 900.000,00 euros. Sobejava 2.200.000,00 euros. Ora, se isto não é motivo para se pensar seriamente que, independentemente de ser um equipamento necessário, mas ser repensado em termos de estratégia municipal, se o Senhor Vereador Fernando Silvério acha que isto não merece ser

repensado e reequacionado, não sabe também. Estão a falar de uma verba substancial. Estão a falar de um compromisso que fica. Estão a falar de um novo Quadro Comunitário que implica um tipo de gestão também diferenciada. Dizer ainda que o projeto não foi abandonado. Tanto não foi abandonado que foi trazido, sucessivamente, a reuniões de Câmara. Está em atas. O próprio Executivo solicitou a colaboração dos Senhores Vereadores do Partido Socialista no sentido de haver até uma questão de apoio institucional, ser um Órgão Colegial no sentido de ser um projeto estruturante, que este projeto foi votado até por unanimidade, como o Senhor Vereador Fernando Silvério até se recorda bem. E, portanto, o projeto não foi abandonado. E, em termos de Assembleia Municipal, espera que isso também esteja em ata, quando falaram nisso, eles falaram que o projeto mereceu, no âmbito da Câmara Municipal, no âmbito da Câmara Municipal, do Órgão Colegial, um apoio transversal, inclusivé, está um agradecimento ao empenho de toda a Câmara para a resolução da questão que tinha a ver com as águas residuais, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério e tem a certeza absoluta que nunca houve uma única vez onde não tenha respondido. E nas reuniões de Câmara, está convicto que também na ata da reunião de Câmara, na anterior, na que estão a aprovar, também lá está um teor semelhante ao que lhe está a dizer, a agradecer o empenho de todos os Senhores Vereadores na resolução e no apoio para que conseguissem ter esse apoio. Que deixasse que lhe dissesse que depois foi comunicado ao Executivo há bem pouco tempo uma outra questão, que está a aguardar antes de a colocar, que se o apoio é efetivado, ou não. Porque não é de uma forma com meia bola e força que se fazem as coisas, particularmente, quando estão a falar num investimento desta natureza. Quanto à questão da mão cheia de nada, só dois apontamentos breves. Dizer-lhe, por exemplo, que em relação ao Centro de Saúde, as candidaturas que foram feitas não foram validadas. As que este Executivo fez, vai aguardar. Ainda não há comunicação. As do Centro de Saúde caíram porque não havia verba consignada. O Executivo vai candidatar-se. Aconteceu o mesmo com a mobilidade com a candidatura que havia de Santar. E, portanto, sobre a mão cheia de nada terão tempo depois de falar sobre isso mais alongadamente. No que concerne às preocupações do Senhor Vereador Fernando Silvério sobre as questões da Assembleia Municipal, ele, Senhor Presidente, sobre os Senhores Deputados Municipais aos quais não tenha respondido fará o seu ato de contrição se houver alguma questão que tenha sido colocada que ele não tenha respondido. Não sabe se, em termos de atas, se há alguma coisa que tenha aparecido que ele, Senhor Presidente, não tenha respondido. Ele não se lembra. Mas, pronto, mas se o Senhor Vereador Fernando Silvério arranjar, que estivesse à vontade. A outra questão é que, no processo de Democracia, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, ele, Senhor Presidente, acha que os Senhores, em termos de gestão, também faziam o mesmo. Nem sempre os Senhores, o Executivo anterior, concordavam sempre uns com os outros. Este Executivo funciona da mesma forma em termos de Executivo. Perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se se lembrava do hoje que tinha falado. Dá-lhe, depois, 2, ou 3 minutos para terminar, é ele, Senhor Presidente, que está a dirigir a reunião, como o Senhor Vereador Fernando Silvério diz também. Então, as questões são colocadas em tudo. Perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se queria passar à frente já à Ordem de Trabalhos. Se calhar é melhor. Então, estão em Democracia e o Senhor Vereador Fernando Silvério usa o excesso de Democracia? Que deixasse lá o ande lá. Ande lá o Senhor Vereador Fernando Silvério. Que tivesse paciência. Nem o Senhor Vereador Fernando Silvério fala com ele, Senhor Presidente, assim. Estão entendidos, então, os dois? Ótimo. Então, ótimo. É que o Senhor Vereador Fernando Silvério tem que notar é quando fala. Que não se esquecesse que quando põe um dedo, os outros estão virados para ele também. Então que se recordasse como estava a falar.

Então, para terminar, para terminar esta parte, hoje. Não respeitou não. Fartou-se de o interromper, como é que o respeitou? E faz acusações. Que o Senhor Vereador Fernando Silvério deixasse que lhe dissesse uma coisa. Nem é nesse sentido. O Senhor Vereador Fernando Silvério tem tempo de antena para falar aqui mais numa reunião de Câmara deste Executivo do que teve tempo para falar num mandato inteiro. E nunca teve condicionalismos destes. Ele, Senhor Presidente não se recorda. Portanto, se não se importar, só para dizer uma coisa: Fica registada a preocupação do Senhor Vereador Fernando Silvério, reiterada, sobre a forma, ou a relação entre o Executivo, entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal. Recorda-lhe também que não notou essa preocupação na relação, no anterior mandato, entre os Senhores Deputados da Assembleia Municipal do Partido Socialista com o Executivo e com a crispação que havia no âmbito da Assembleia Municipal. Mas o Senhor Vereador Fernando Silvério fica agora com uma aceção diferente do que é a crispação e a relação. Mas, pronto, fica o registo feito. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério, para intervir de uma forma sucinta, se não se importar. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que ia ser sucinto porque não vale a pena, como é óbvio, este tipo de diálogo e da sua parte não vai acontecer mais e penitencia-se por isso porque não leva, daquilo que ele vê que deve ser a discussão democrática e num Órgão tão importante como a Câmara Municipal. Mas, pronto, quem fazia a apologia tanto das questões institucionais e dos Vereadores. Mas, pronto, da sua parte vai tentar fazer isso porque, pronto, é o que é. Só queria referir aqui dois, ou três aspetos que ele considera importantes. Quando o Senhor Presidente fala aqui nas candidaturas das Escolas e das USF,s que caíram, a expressão é utilizada pelo Senhor Presidente, caíram porque o Senhor Presidente não conseguiu manter o financiamento, a comparticipação, assim como noutros projetos que não conseguiu. ----------
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que os Senhores diziam que já estavam aprovados. Perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se queria que lhe mostrasse as fotografias de como diziam que as coisas estavam aprovadas. Que sejam sinceros e verdadeiros. Mas isto não pode ser. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por o deixar continuar a fazer a sua intervenção. Afirmou que, como ele estava a dizer, porque esta Câmara não conseguiu manter os financiamentos e as candidaturas que tenham sido apresentadas, inclusivé, já com protocolos com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Educação. E é isso que tem-se visto. Não conseguem manter os financiamentos. Concluiu. Só queria dizer isto. Terminou. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que já terminou. E também terminou porque vê que tem sido uma constante o Senhor Vereador Artur Jorge, de uma forma que ele não vai qualificar porque tem sido, constantemente, em todas as reuniões de Câmara e ele, Vereador Fernando Silvério, pensa que isto é um Órgão. Foram todos mandatados para estarem aqui. Todos eles têm direito ao uso da palavra de acordo com a Lei, como é óbvio. E o que ele tem visto no Senhor Vereador Artur Ferreira, se calhar, fruto de alguns resquícios de algumas coisas que se passaram no passado, tem aqui sempre uma postura quase até ofensiva relativamente aos Vereadores da Oposição. E ele, Vereador Fernando Silvério, fala por ele neste caso. E, por isso, vai terminar porque vê que tudo aquilo que ele possa dizer não vai conseguir dizer, não vai consegui explanar aquilo que ele gostaria. Tem um mandato popular como todos eles aqui e não vai conseguir porque está, constantemente, a ser interrompido desta forma. A questão não tem a ver com os apartes. Tem a ver com ser mesmo interrompido desta forma. E o Senhor Presidente diz e bem, e ele, Vereador Fernando Silvério, reconhece e já lhe disse e respeita isso, que dirige estas reuniões de Câmara e o Senhor Presidente fala-lhe do passado e, naturalmente, terá algumas razões. Ele está a falar neste momento. E vê que, se calhar, fruto de outras situações que, provavelmente, um dia até virão a esta Mesa, o Senhor Vereador Artur Jorge, está-o sempre a interromper. A interromper de uma forma que ele, Vereador Fernando Silvério, acha que não seja democrática. Que deixasse que lhe dissesse. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que, independentemente, disso, é assim: Que não levassem a mal. Vão entrar no Período da Ordem do Dia. Obviamente, voltarão a falar sobre isso, mas é

assim: Ele acha que o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira não precisa de Advogado de Defesa. Já pediu para intervir e ele concede-lhe a honra para intervir. O que ele, Senhor Presidente, estava a dizer é o seguinte: O Senhor Vereador Fernando Silvério está, constantemente, a falar que o interrompem e o Senhor passa, constantemente, a interromper toda a gente que está a falar. Portanto, há aqui qualquer coisa que também não é, completamente, consequente com aquilo que diz e com aquilo que pratica, também. O Senhor Vereador Fernando Silvério está, constantemente, o tempo a interrompê-lo quando não concorda com ele, Senhor Presidente. A Senhora Vice-Presidente, mesmo nas intervenções que faz, já a interrompeu. O Senhor Vereador Artur Ferreira também quando fala também o interrompe. Portanto, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, se vão por aí, é assim: O debate político pode ser assertivo desde que haja civilidade. Mas pode ser assertivo. Podem discordar, ou não. Uma coisa é quando a coisa resvala. Agora, outra coisa é discordarem, democraticamente, sobre uns dos outros. Ele, Senhor Presidente, não é favorável a que haja interrupções. Mas, ou as praticam todos, ou não as praticam. Pronto. É como o Senhor Vereador Fernando Silvério que também faz, constantemente, esses apartes em off também. Perguntou-lhe se não acha que isso é interromper. É. Para ajudar depende da aceção de ajudar. E é o seguinte: Vão ver se se entendem em duas coisas rápidas. O Período de Antes da Ordem do Dia é para discutirem tudo. Nunca puseram aqui qualquer limitação temporal. Cada vez que eles falam no Regulamento, o Regulamento o que diz é uma hora no máximo para se falar sobre isso. Naturalmente que uma hora não é uma distribuição equitativa porque é assim: Uma prerrogativa normal do Presidente da Câmara é apresentar assuntos e responder. O que cabe no rateio a cada um dos Senhores Vereadores são, sensivelmente, 7 minutos. Até eles falaram várias vezes sobre isso. E, o que ele, Senhor Presidente, está a dizer é o seguinte: Os Senhores Vereadores Fernando Silvério e Aires dos Santos e não diz isto com acento nenhum, os Senhores Vereadores Fernando Silvério e Aires dos Santos têm falado em todas as reuniões. Têm-lhes respondido. Pode não ser ao encontro daquilo que queriam. Replicam. Voltam a insistir. Tornam a replicar. E nunca viram em nenhum vez a dizer assim. Está terminado o Período de Antes da Ordem do Dia. Estão apresentados os vossos pontos. E sigamos. Como foi feito N, N vezes. E, isso nunca aconteceu aqui. Não é só a realidade que é outra. Mas a realidade ser outra não tem só a ver com isso. Estão a falar de outra questão. Portanto, é assim: Dirigindo-se ao Senhor Vereador Aires Santos, aqui é possível uma coisa agora que ele, Senhor Presidente, também acha normal. Não sabe se por opção, ou não, não quer falar sobre isso, mas o Senhor Vereador Aires Santos, numa reunião, eventualmente, neste mandato, numa, tem uma intervenção maior que no mandato anterior todo. Está-lhe a falar, já que estão a falar das coisas que mudaram, essa foi uma delas. Que olhasse, os Vereadores daqui, do Executivo, falam em todas as reuniões. E, portanto, a Democracia, para ele, é essa. Que não levassem a mal. Agora, vai dizer uma coisa: Vão entrar no Período da Ordem do Dia. São 16,22 horas. Perguntou ao Senhor Vereador Aires dos Santos se podia deixar isso para a próxima reunião e acabarem aqui isto. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ----------

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos afirmou que todas as intervenções que eles têm feito, quando diz eles, fala em termos da Vereação, é sempre para dar contributos das coisas que estão em cima da Mesa. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que tem que ler bem as atas. Agradeceu-lhe pelo contributo----------

----- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos respondeu ao Senhor Presidente que lia. Agora, é assim: Muitas vezes também podia dizer a mesma coisa dos Vereadores do

Executivo. Agora, havia outros canais em que as pessoas apresentavam os problemas. Se as reuniões fossem com mais publicidade a conversa era a mesma. Os assuntos eram, na mesma, levantados. Eles estão cá para isso. Agora, diz assim: Uma hora. Se calhar até é pouco. Mas, pronto. ----------
---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que só vinha dizer que não tem resquício nenhum. Pelo contrário. Tem um respeito enorme, quer pelo Senhor Vereador Fernando Silvério, quer pelo Senhor Vereador Aires Santos. Não tem nada a ver com questões antigas, ou não ser antigas. Agora, há uma coisa que ele não considera, é que há duas situações: Uma coisa é, como disse o Senhor Presidente e bem, eles não têm ideias iguais. E, ele, se não têm ideias iguais, estão aqui a distanciar-se e a falar de coisas diferentes. Outra coisa que ele considera é, ele sabe que isto é política, mas, a ele, chateio-o um bocado. Normalmente, quando a gente fazia oposição política, faziam com dados concretos. Ele não pode falar de uma dívida com o Mapa da Dívida para 2023 com uma informação da Assembleia Municipal para 2022. Não pode. Não é sério. É o que ele está a dizer. Politicamente, não é sério. É politica é, mas ele não considera que seja a melhor forma. É o que ele está a dizer. Da mesma forma que os Centros de Saúde e as Escolas, só pede, quer de um lado, quer de outro, que lhe digam, um a nível da CIM que tenha sido aprovado pela CCDR e que tenha sido efeito. Só quer um. Portanto, não foi por causa do financiamento. Até está no empréstimo aprovado em Assembleia Municipal. Portanto, para ele, não foi falta de financiamento. Para ele foi e era não vontade por parte da CCDR. Ele não está a dizer que om processo é da anterior Câmara. Ele não está a dizer isso. Agora, que não havia vontade por parte do Poder Central, principalmente deste, para fazer isto, isso não havia. ----------
---- O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vice-Presidente. ----------
---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, afirmou que só queria acrescentar que, de facto, é preciso esclarecer esta coisa relativamente às candidaturas. Mais ou menos em novembro, dezembro de 2021, eles entram em finais de outubro, pensa ela, as candidaturas dos Centros de Saúde, das Escolas e a Requalificação do Centro Urbano de Santar, que inclui também Canas de Senhorim e Felgueira, foi-lhes informado que não foram aprovadas. Foram submetidas pelo anterior Executivo e assim que eles chegaram, essas candidaturas não foram aprovadas. Há muita insistência da parte dos Senhores Vereadores, Realmente, os Senhores Vereadores da Oposição têm razão quando dizem que os assuntos se repetem. Mas isto também já lhes foi dito. Mas eles insistem que não, que foi este Executivo que deixou cair. Não é verdade. Isto já estava não aprovado assim que este Executivo entrou. De tal maneira que submeteu o Centro Urbano de Santar, que foi submetido, imediatamente, assim que o Executivo teve conhecimento ao PRR no âmbito de outro Aviso que é relativamente à Acessibilidade, Mobilidade e Acessibilidade. E foi submetido em março de 2022 e ainda não têm qualquer informação se já foi aprovado, ou não. Relativamente às outras candidaturas, ela, Senhora Vice-Presidente, preocupou-se em fazer um apanhado e, por exemplo, a ETAR da Ribeirinha teve início em 04/05/2018 e era para terminar em 31/07/2022. Portanto, o Executivo anterior teve 3 anos para executar. A ETAR da Ribeirinha não está concluída. Está cheia de problemas, com trabalhos a mais, etc., etc. A Área de Acolhimento Empresarial, início para começar, ou foi submetida em 06/09/2017. Tinha, para terminar, 30/09/2023. Portanto, este ano. Eles tiveram 4 anos para executar. Não foi feito. Está no início e para não falar dos problemas acrescidos com aterros vegetais, com o passivo ambiental que ainda não foi retirado. Valores na ordem dos 800.000,00 euros a mais do que aquilo que é necessário fazer. A Av.ª João XXIII está em curso e também era para terminar em 2022, mas estará terminada este ano. O CAVES de Santar é o problema que é. Já foi aqui discutido. Início para começar, 06/12/2017 e para terminar em 01/03/2021. Só para verem o trabalho que o Executivo anterior fez. Submeteu tudo, se calhar, de alguma forma, com alguma leviandade. E isto é aquilo que este Executivo não quer fazer. Quer fazer trabalho sério. E quer fazer trabalho para concretizar, efetivamente. Ainda falta uma, que é a Requalificação da Habitação Social. Início, 17/09/2018 e estão a submetê-la também ao PRR

para terem financiamento de 100%, à exceção do IVA, como também já foi aqui explicado. Portanto, estes assuntos todos já se debateram aqui. Ela, Senhora Vice-Presidente, acha que toda a gente já tem conhecimento do que se passou e do que está a acontecer. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente pelo seu contributo. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério, para concluir. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que era só um minuto. Ele não vai responder à Senhora Vice-Presidente porque acredita que seja de mero lapso que não percebe, ou não percebeu, ou está a evidenciar que não percebe como é que é estas coisas, estas questões das candidaturas. Então, ele retira o comentário de que se calhar não acompanhou, não acompanhou todos estes processos. Tem a ver com as candidaturas, com os projetos de execução, com os projetos de arquitetura e essas coisas todas e tudo o resto. É só para acrescentar mesmo que aquilo que ele tinha dito que havia financiamento para projetos e candidaturas que deixaram cair. E também há obras, candidaturas que foram feitas e obras que estavam a decorrer que o Executivo tem parado, que estão paradas, neste momento. E, era isso que, já que faz esse aparte, gostaria de perguntar porquê? Porque, ele, Vereador Fernando Silvério, lembra-se de encetarem aqui uma discussão acerca, que olhasse, por exemplo, da questão dos empresários e da atratividade económica e tem a Área Empresarial parada. E muitos outros. E já não consegue escamotear isso com aquilo que disse e isso é um facto. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que podiam agendar essas questões na próxima reunião e, entretanto, até podem inventariar o que foi feito das empresas criadas ao longo de oito anos de mandato do Partido Socialista, as empresas novas que foram criadas e depois também poderão falar sobre isso e as que não foram concretizadas e as obras. Podem deixar isso até para a próxima reunião, até para discutir isso no Período de Antes da Ordem do Dia, ou com um ponto tipificado sobre o assunto. Posto isto, este salutar debate sobre assuntos do Município no Período de Antes da Ordem do Dia, seguem para o Período da Ordem do Dia. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

1.1.DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2022

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião extraordinária anterior, realizada em 05 de dezembro de 2022. ----------

1.2.DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 12 de dezembro de 2022. ----------

2 – SUBSÍDIOS

2.1.ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DO CIMO DO POVO, DE NELAS – EXTENSÃO DO PRAZO DO PROTOCOLO DE APOIO ÀS ATIVIDADES – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um ofício, datado de 08 de dezembro de 2022, da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural do Cimo do Povo, de Nelas, que a seguir se transcreve: ----------

---- “Ex.m.º Senhor Presidente do Município de Nelas ----------
---- Extensão do Prazo do Protocolo de Apoio às Atividades 2021 ----------
---- De acordo com o Protocolo celebrado entre a ADRC Cimo do Povo de Nelas e o Município, no âmbito do Apoio às Associações Culturais/Apoio ao Plano de Atividades do ano 2021, vimos por este meio solicitar uma alteração/adaptação ao mesmo, conforme previsto na Cláusula 5.ª – Revisão do Protocolo. Esta cláusula prevê alterações e adaptações que carecem de acordo prévio de ambas as partes e devem ser prestadas por escrito. ----------
---- Assim, solicitamos a extensão do prazo de Vigência do Protocolo – Cláusula 6.ª, a qual afirma que o protocolo vigora até 31 de dezembro de 2021 para uma data a acordar durante o ano de 2023. ----------
---- Este prolongamento do prazo do Protocolo permitirá à Associação criar condições para receber o apoio ao investimento previsto na Cláusula 2.ª – Formas de Apoio, a qual prevê a atribuição de 6.250,00 euros para aquisição de equipamentos e/ou obras na sede, mediante a apresentação das respetivas faturas. ----------
---- Aproveitamos para agradecer, desde já, o apoio financeiro, no valor de 6.250,00 euros, já totalmente recebido, referente à mesma cláusula. ----------
---- Na esperança que o nosso pedido seja avaliado positivamente.” ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que ainda tinha a ver com o apoio dado em 2021, que não foi concretizado por causa das questões da COVID-19 e, neste momento, encontra-se em fase, digamos assim, adiantada de concretização das obras, mas havia a necessidade da Associação pedir, naturalmente, à reunião de Câmara o seu anuimento porque isso decorria até ao final do ano de 2022. Inclusivé, muito do que eram as questões das especialidades tiveram até contributos até pro bono, digamos assim, de Projetistas do nosso Concelho. E, portanto, naturalmente, será de aproveitar. Sendo certo que ó valor é o valor que estava protocolado. E, naturalmente, que terá a ver com as contrapartidas naturais sobre a faturação das obras realizadas no âmbito deste apoio. Põe à votação. Se os Senhores Vereadores, entretanto, quiserem intervir sobre alguma matéria que se sentissem confortáveis para isso. Está apresentado o ponto. Se não houver intervenção, punha já, então, à votação. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a extensão do prazo de vigência do Protocolo celebrado em 2021 entre o Município de Nelas e a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural do Cimo do Povo, de Nelas. ----------

3 – DIVERSOS

3.1.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTE: ANA MARISA NISA FERREIRA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento de Ana Marisa Nisa Ferreira solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha no dia … de setembro de 2022. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que os pontos 3.1 e 3.2, se os Senhores Vereadores não virem nenhum inconveniente, votariam os dois pedidos de apoio. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente Ana Marisa Nisa Ferreira referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha no dia … de setembro de 2022. ----------

3.2.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: DANIEL FRANCISCO MARQUES ABRANTES E LILIANA FILIPA CARVALHO OLIVEIRA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento de Daniel Francisco Marques Abrantes e Liliana Filipa Carvalho Oliveira solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho no dia … de novembro de 2022. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que era um pedido dos requerentes que vêm identificados na Ordem de Trabalhos. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Daniel Francisco

Marques Abrantes e Liliana Filipa Carvalho Oliveira referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho no dia … de novembro de 2022. ----------

4 – CONTABILIDADE

4.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – DEZEMBRO DE 2022 - CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. E, naturalmente, se houver algum dos Senhores Vereadores que sobre algum dos pagamentos queira um esclarecimento adicional, que se sentisse confortável para o efeito. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, durante o mês de dezembro de 2022, no total de 2.014.801,45 euros (dois milhões catorze mil oitocentos e um euros e quarenta e cinco cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 15.512,37 euros (quinze mil quinhentos e doze euros e trinta e sete cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. ----------

4.2.ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 18 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 18, DO ANO DE 2022 – CONHECIMENTO

---- Presentes as alterações ao Orçamento Municipal n.º 18 e às Grandes Opções do Plano n.º 18, do ano de 2022, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante.

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, relativamente a este ponto 4.2 - Alterações ao Orçamento, gostaria de questionar relativamente aqui a duas rubricas que tem a ver com o reforço para Estudos e Pareceres, de 21.000,00 euros. E também de Prémios e Condecorações, de 14.630,00 euros. O que é que justificou, digamos assim, este reforço para estas rubricas. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que tem a ver também, basicamente, naquele, não sabe se depois o Senhor Vereador Artur Ferreira também quer dizer alguma coisa, mas tem a ver também com um reforço muito do que houve também com os Cabazes de Natal porque, no início, o que estava cabimentado era a questão, antes da delegação de competências, para um número, digamos assim, de Funcionários. E com a delegação de competências projetou isto para um número superior. E isso tem a ver com os Cabazes e com as despesas todas subjacentes também a essa questão com um reforço que houve necessidade de fazer. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério perguntou ao Senhor Presidente sobre os Estudos e Pareceres, 21.000,00 euros. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que os Estudos e Pareceres têm a ver com aquela questão que trouxeram aqui de um Contingente que estava a tramitar para processo judicial, que foi aqui feita, que foi deliberado em reunião de Câmara e foi precisa a regularização dessa questão do jurídico, da parte juridica do mandato anterior de 2014, mas tem que entrar nesta rubrica. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento das alterações ao Orçamento Municipal n.º 18 e às Grandes Opções do Plano n.º 18, do ano de 2022. ----------

4.3.CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO – ANO DE 2023 - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO

---- Presente uma proposta de constituição de fundo de maneio para despesas urgentes e inadiáveis, no valor de 1.750,00 euros, cujo titular é o Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral. ----------

---- O Senhor Presidente a firmou que a outra questão, agora remete-os para a constituição de Fundo de Maneio de 2023 do Presidente da Cãmara. Dizer que há aqui uma proposta que vem também no seguimento daquilo que achavam que fazia sentido. Havia, vale o que vale, um Fundo de Maneio de 2.500,00 euros. Eles têm vindo a diminui-lo um pouco também. A proposta para este ano é também diminuir, é 1.750,00 euros, dando a informação de que, em termos do que foram os gastos em 2022, na totalidade, 4.280,94 euros, o que dá uma média, sensivelmente, de 356,00 por mês. Isto tem a ver muito com despesas que têm a ver com a inspeção dos carros, mais, especificamente, com o nosso Parque Automóvel. Tem a ver com a parte de mecânica, com pneus, com as inspeções. E, basicamente, muito que são essas despesas são despesas que têm a ver com isso, que está com a rubrica aberta para este sentido. E, portanto, as relações estão todas aqui também consignadas. Se os Senhores Vereadores, depois, quiserem dar uma vista de olhos sobre o documento, ou ter acesso a ele, ele está aí, é mensal. E, portanto, discussão e autorização. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de constituição de fundo de maneio, para despesas urgentes e inadiáveis, no valor de 1.750,00 euros, cujo titular é o Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que na próxima reunião vem o Fundo de Maneio para a CPCJ também, que, entretanto, o pedido não chegou ainda a tempo de ser incluído na Ordem de Trabalhos. E, portanto, chegou, posteriormente. Cogitaram a possibilidade de colocá-lo lá e depois distribuir o documento mais tarde. Mas, pronto, não tendo vindo, virá na próxima reunião de Câmara. É um preceito também legal aquela constituição de Fundo de Maneio, da CPCJ. ----------

4.4.CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO – ANO DE 2023 - SENHOR DR. LUÍS MIGUEL ALVES COSTA – DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO

---- Presente uma proposta de constituição de fundo de maneio para despesas no âmbito das suas funções, no valor de 1.000,00 euros, cujo titular é o Senhor Dr. Luís Miguel Alves Costa.

---- O Senhor Presidente afirmou que tem a ver muito com as questões das escrituras e da regularização patrimonial do Município. E, basicamente, é o mesmo procedimento de todos os anos. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de constituição de fundo de maneio, para despesas no âmbito das suas funções, no valor de 1.000,00 euros, cujo titular é o Técnico Superior, Dr. Luís Miguel Alves Costa. ----------

5 – OBRAS PARTICULARES

5.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

5.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamento de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos no período compreendido entre 15 de dezembro de 2022 e 02 de janeiro de 2023, a qual fica anexa a esta ata, (Anexo II), fazendo dela parte integrante. ----------

5.1.2.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na referida Unidade Orgânica, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2022 e 02 de janeiro de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. ---------

5.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA E LICENCIAMENTOS A CADUCAR, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicações prévias, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, nos termos do art.º 71.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2022 e 02 de janeiro de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. ----------

6 - LICENCIAMENTOS DIVERSOS

6.1.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- O Senhor Presidente afirmou que tem a ver com as concessões de licenças especiais de ruído, num valor de 39,80 euros e na cedência de transportes coletivos de passageiros de outubro e novembro de 2022, num valor significativo. Isto também é uma fatia grande. Também tem muito a ver com o Município ter um associativismo muito forte, com um apoio muito grande. Mas têm também aqui a questão do aumento grande do que são os custos, em primeira instância de combustível. Mas também de manutenção, até porque a Câmara tem um Parque Automóvel já com um tempo também bastante razoável. E, portanto, há aqui um conjunto de despesas naturais de desenvolvimento. E, portanto, nestes dois meses, a despesa são 10.380,40 euros. E, portanto, é essa questão que fica para discussão e ratificação. Portanto, está dada a informação. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros Regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. ---

---- O Senhor Presidente afirmou que, se os Senhores Vereadores assim o entenderem, podem, naturalmente, ir interrompendo. ----------

6.2.PEDIDO DE INFORMAÇÃO RELATIVO AO INTERESSE MUNICIPAL NUM IMÓVEL EM RUÍNA. LOCAL: RUA DO ROSSIO DO BAIXO, EM CANAS DE SENHORIM. REQUERENTE: MÁRIO ALBERTO GOMES PIRES – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15395, datada de 09/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Pedido de informação relativo ao interesse municipal num imóvel em ruína. Local: Rua do Rossio do Baixo, em Canas de Senhorim. Requerente: Mário Alberto Gomes Pires ---------

---- I. Petição ----------

---- O requerente, proprietário do edifício vizinho, demonstra interesse na aquisição e emparcelamento de uma edificação em ruínas, contigua à sua. Previamente à negociação com os proprietários, questiona o Município se tem algum interesse no mesmo, a fim de integrar o domínio público ou para o domínio privativo municipal. ----------
---- II. Parecer dos Serviços ----------
---- Salvo melhor opinião, no caso de edificações em ruína, uma eventual aquisição por parte do Município apenas se justifica para alargamento de um arruamento, de uma praça ou para melhoria do espaço público. ----------
---- No caso em questão, o edifício com 32,00 m^2 possui frente para um espaço largo, com dois postes a delimitar a propriedade, em zona antiga, com alinhamentos consolidados no seu seguimento. ----------
---- Assim sendo, não vejo que haja interesse da aquisição do mesmo por parte do Município. A solução de ser este a adquirir o imóvel e realizar obras de conservação/reabilitação irá permitir o melhoramento arquitetónico do espaço e resolver um problema de insalubridade. --
---- A Junta de Freguesia de Canas de Senhorim emitiu o parecer n.º 39/2022, no qual refere "que não temos interesse na sua aquisição". ----------
---- III. Parecer dos Serviços ----------
---- Assim sendo, salvo melhor opinião, pelas razões citadas, não vejo relevância na aquisição do imóvel. ----------
---- É o que nos cumpre informar, o Senhor Presidente da Câmara superiormente o decidirá."
---- O Senhor Presidente afirmou que o Municipe solicitou a aquisição do imóvel. Naturalmente que o Município fez um pedido de parecer à Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, que faz parte da informação, que diz que: A Junta de Freguesia de Canas de Senhorim emitiu o parecer n.º 39/2022, no qual refere "que não temos interesse na sua aquisição". Podia ter a ver com a regeneração que também se pensa fazer naquela parte do Rossio de Baixo. Mas, obviamente, que tudo o que tem a ver com o funcionamento da iniciativa privada, da própria regeneração por si, desde que, devidamente, naturalmente, acompanhada, para não haver uma forma de adulterar o que é a cércea e o que é a localização e o espaço envolvente, portanto, não será posta em causa. Há um Municipe que fez o pedido de aquisição, para construção, por causa também de interesse contíguo. E, naturalmente que o Município tem que ser consultado se quer exercer o direito de preferência. E, portanto, o Executivo consultou, naturalmente, quem de direito, que é a Junta de Freguesia também, independentemente do próprio Município. E, portanto, quando é questões destas, onde haja uma questão em que tenha a ver com a regeneração urbana ser feita pelos Municípes e muito bem, desde que seja feito o acompanhamento e se mantenha a traça e não apareça um edifício completamente diferente e não espelhado, como, às vezes, também acontece um bocadinho por aqui, numa, ou noutra situação, onde, se calhar, a parte do acompanhamento tem que ser diferente para não aparecerem depois aquelas casas excessivamente coloridas, haver um bocadinho também dessa preocupação. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência na eventual transação do imóvel, sito na Rua Rossio de Baixo, em Canas de Senhorim, contíguo à edificação do requerente Mário Alberto Gomes Pires, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15395, datada de 09/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, atrás descrita. --------

6.3.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – FESTA DE FIM DE ANO: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 31/12/2022, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: QUINTA DO CASTELO, NA E.N. N.º 234, EM VILAR SECO – REQUERENTE: ANTÓNIO FELÍCIO FIGUEIREDO MORAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 16630, datada de 29/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado para a Festa de Fim de Ano, com Música ao Vivo, no dia 31/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Quinta do Castelo, na E.N. n.º 234, em Vilar Seco, em que é requerente António Felício Figueiredo Morais, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor

Presidente da Câmara, datado de 29/12/2022, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que agora são uma quantidade delas, mas, ele, Senhor Presidente, vai sendo sucinto. Portanto, se pegar em todas, têm a ver muitas com recinto improvisado e a isenção de pagamento de taxas. Portanto, tanto uma, como outra, quer do ruído, quer do pagamento de taxas, é do ponto 6.3 ao ponto 6.12. Portanto, umas, é sobre as isenções das taxas municipais e outras é sobre o ruído. Portanto, é a discussão e a ratificação. Se houver alguma alínea, ou algum ponto, que os Senhores Vereadores queiram algum esclarecimento adicional, podem dizê-lo, naturalmente. Não havendo, colocava à votação, se os Senhores Vereadores assim o entenderem, também de todos os pontos. Estão a falar aqui da ratificação disso. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado para a Festa de Fim de Ano, com Música ao Vivo, no dia 31/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Quinta do Castelo, na E.N. n.º 234, em Vilar Seco, em que é requerente António Felício Figueiredo Morais, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 16630, datada de 29/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.4.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – CANTARES DAS NATÁRIAS: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 30/12/2022, DAS 21:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO, NA RUA DIREITA, N.º 106, EM CARVALHAL REDONDO - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL TEATRO HÁBITOS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 16619, datada de 29/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado para os Cantares das Natárias, com Música ao Vivo, no dia 30/12/2022, das 21:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, na Rua Direita, n.º 106, em Carvalhal Redondo, em que é requerente a Associação Cultural e Juvenil Teatro Hábitos, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 29/12/2022, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado para os Cantares das Natárias, com Música ao Vivo, no dia 30/12/2022, das 21:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, na Rua Direita, n.º 106, em Carvalhal Redondo, em que é requerente a Associação Cultural e Juvenil Teatro Hábitos, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 16619, datada de 29/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.5.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – FESTA DE FIM DE ANO: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 31/12/2022, DAS 22:00 HORAS ÀS 03:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: RUA DO FREIXIEIRO, NO BALNEÁRIO DOS INGLESES, NA URGEIRIÇA – REQUERENTE: GRUPO DESPORTIVO E RECREIO DE CANAS DE SENHORIM - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 16699, datada de 30/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado para a Festa de Fim de Ano, com Música ao Vivo, no dia 31/12/2022, das 22:00 horas às 03:00 horas do dia seguinte, sita na Rua do Freixieiro, no Balneário dos Ingleses, na Urgeiriça, em que é requerente o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 30/12/2022, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado para a Festa de Fim de Ano, com Música ao Vivo, no dia 31/12/2022, das 22:00 horas às 03:00 horas do dia seguinte, sita na Rua do Freixieiro, no Balneário dos Ingleses, na Urgeiriça, em que é requerente o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 16699, datada de 30/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.6.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - ESPECTÁCULO DE KARAOKE NO CAFÉ, NO DIA 17/12/2022, DAS 22:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: BAR ESCRITÓRIO, EM NELAS – REQUERENTE: MÁRCIO RAFAEL HENRIQUES CARDOSO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15454, datada de 13/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, com Espectáculo de Karaoke no Café, no dia 17/12/2022, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Bar Escritório, em Nelas, em que é requerente Márcio Rafael Henriques Cardoso, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 16/12/2022, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, com Espectáculo de Karaoke no Café, no dia 17/12/2022, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Bar Escritório, em Nelas, em que é requerente Márcio Rafael Henriques Cardoso, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15454, datada de 13/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.7.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – CASINO PARTY: FESTA PÚBLICA COM MÚSICA AO VIVO (DJS), NO DIA 17/12/2022, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, DESPORTIVA E CULTURAL DE ALGERÁS, NA RUA DA ENFERMARIA, N.º 21, EM ALGERÁS - REQUERENTE: BEATRIZ DA SILVA FIGUEIREDO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15449, datada de 13/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado – Casino Party: Festa pública com música ao Vivo (Djs), no dia 17/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação Recreativa, Desportiva e Cultural de Algerás, na Rua da Enfermaria, n.º 21, em Algerás, em que é requerente Beatriz da Silva Figueiredo, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 16/12/2022, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado – Casino Party: Festa pública com música ao Vivo (Djs), no dia 17/12/2022, das

22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação Recreativa, Desportiva e Cultural de Algerás, na Rua da Enfermaria, n.º 21, em Algerás, em que é requerente Beatriz da Silva Figueiredo, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15449, datada de 13/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.8.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – SATURNÁLIA: MÚSICA AO VIVO (DJS), NO DIA 23/12/2022, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: RUA DO PARQUE, N.º 10-A, EM URGEIRIÇA - REQUERENTE: CASA DO PESSOAL DAS MINAS DA URGEIRIÇA – DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15963, datada de 16/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado – Saturnália: Música ao vivo (Djs), no dia 23/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, sita na Rua do Parque, n.º 10-A, em Urgeiriça, em que é requerente a Casa do Pessoal das Minas da Urgeiriça, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado – Saturnália: Música ao vivo (Djs), no dia 23/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, sito na Rua do Parque, n.º 10-A, em Urgeiriça, em que é requerente a Casa do Pessoal das Minas da Urgeiriça, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15963, datada de 16/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.9. LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – SATURNÁLIA: MÚSICA AO VIVO (DJS), NO DIA 23/12/2022, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: RUA DO PARQUE, N.º 10-A, EM URGEIRIÇA - REQUERENTE: CASA DO PESSOAL DAS MINAS DA URGEIRIÇA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15966, datada de 16/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado – Saturnália: Música ao vivo (Djs), no dia 23/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, sita na Rua do Parque, n.º 10-A, em Urgeiriça, em que é requerente a Casa do Pessoal das Minas da Urgeiriça, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado – Saturnália: Música ao vivo (Djs), no dia 23/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, sito na Rua do Parque, n.º 10-A, em Urgeiriça, em que é requerente a Casa do Pessoal das Minas da Urgeiriça, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15966, datada de 16/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.10.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - FESTA DE NATAL: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 17/12/2022, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE VILA DE SENHORIM, NO LARGO DO CRUZEIRO, NA VILA DE SENHORIM - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE VILA DE SENHORIM - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15283, datada de 06/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado - Festa de Natal, com Música ao vivo, no dia 17/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação Recreativa de Vila de Senhorim, no Largo do Cruzeiro, na Vila de Senhorim, em que é requerente a Associação Recreativa de Vila de Senhorim, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado - Festa de Natal, com Música ao vivo, no dia 17/12/2022, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação Recreativa de Vila de Senhorim, no Largo do Cruzeiro, na Vila de Senhorim, em que é requerente a Associação Recreativa de Vila de Senhorim, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15283, datada de 06/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.11.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - TORNEIO DE SUECA: DIVERTIMENTO PÚBLICO EM RECINTO, NO DIA 17/12/2022, DAS 15:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DAS CARVALHAS - REQUERENTE: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO VISO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15529, datada de 14/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de licença para recinto improvisado para um Torneio de Sueca - Divertimento público em recinto, no dia 17/12/2022, das 15:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Antiga Escola Primária das Carvalhas, em que é requerente a Irmandade de Nossa Senhora do Viso, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 16/12/2022, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado para um Torneio de Sueca - Divertimento público em recinto, no dia 17/12/2022, das 15:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Antiga Escola Primária das Carvalhas, em que é requerente a Irmandade de Nossa Senhora do Viso, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15529, datada de 14/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

6.12.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - TORNEIO DE SUECA: DIVERTIMENTO PÚBLICO EM RECINTO, NO DIA 17/12/2022, DAS 15:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DAS CARVALHAS - REQUERENTE: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO VISO - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15532, datada de 14/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado para um Torneio de Sueca - Divertimento público em recinto, no dia 17/12/2022, das 15:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Antiga Escola Primária das Carvalhas, em que é requerente a Irmandade de Nossa Senhora do

Viso, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 15/12/2022, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado para um Torneio de Sueca - Divertimento público em recinto, no dia 17/12/2022, das 15:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Antiga Escola Primária das Carvalhas, em que é requerente a Irmandade de Nossa Senhora do Viso, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 15532, datada de 14/12/2022, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente. ----------

7 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente afirmou que davam, assim, por encerrado o Período da Ordem do Dia, deixando aberto, naturalmente, aos Senhores Munícipes a intervenção no Período do Público e também ao arrepio do que é o Regulamento. Mas, que os Senhores Municipes fizessem o favor. Deu a palavra ao Senhor João de Jesus Rijo da Conceição Mendes. ----------
---- O Senhor João de Jesus Rijo da Conceição Mendes cumprimentou todos os presentes. Desejou a todos um Bom Ano. Portanto, a sua presença aqui hoje é no sentido de, como Municipe, esclarecer, obter algumas informações, alguns esclarecimentos. Portanto, o seu intuito não é criticar ninguém. Não é essa a sua intenção. Mas, isto faz-lhe lembrar um bocado o Canal História este período que vivemos hoje aqui. Voltam a falar no passado e esquecem o futuro. Aquilo que ele gostava de ouvir nas reuniões de Câmara era que se falasse naquilo que está para a frente, ou que se pretende para a frente. Não é falar naquilo que se fez e não se fez, ou que deixou de se fazer, ou que está mal feito e que devia ser, sim, feito em condições. Aquilo que se sente em Nelas hoje e que toda gente em Nelas é unanime em afirmá-lo é que Nelas está a perder qualidade de vida. Está a perder qualidade de vida porque os locais, habitualmente, frequentados não o são. Domingos à noite, então, é do piorio. Está tudo fechado. O comércio não desenvolve. E aquilo que se houve muito é a declaração de intenções, mas não se faz nada. Ele já está como dizia, noutro dia, um fulano que disse ao Senhor Presidente da República: O Senhor fala muito, fala muito, mas não diz nada. E isto remete-o a um ponto que é, hoje, a falta de água. Mais uma vez houve uma rutura e, mais uma vez, Nelas está sem água. Não está a dizer mentira nenhuma. Ele, quando saiu, de casa não havia água. Aquilo que se sente todos os dias, ou todas as semanas, é que é um problema permanente. É um problema que ninguém quer resolver, pelo menos, invocam-se algumas situações para não resolver porque ele acha que isto é um ponto e é uma situação que devia ser resolvida de imediato. Andarem a remendar, pôr remendos sobre remendos, não é solução. Isto é a sua opinião. Portanto, a questão da rutura das condutas é uma coisa que já vem de trás. Já tinha sido sinalizado e várias vezes ele, João Rijo, mencionou aqui esse problema. Nunca foi dado seguimento a isso. O que é certo é que o problema mantém-se. Os Municipes é que são os prejudicados no meio disto tudo. Depois aparecem contas de água porque o ar nas condutas acelera o contador, quer queira, quer não. Outra coisa também que não está mencionada e que muita gente já deu conta, é que os filtros da água retêm toda a impureza que vem depois de uma reparação de uma conduta. Há várias situações em que, por exemplo, nos esquentadores, é difícil ter água quente porque os filtros estão entupidos e tem que se limpar aquilo. Portanto, isto é um dos resultados dessa situação. A questão dos acessos de

Seia. Toda a gente reclama. Toda a gente fala, o que é certo é que não houve o cuidado. E, está a falar, não está a criticar ninguém, nem está a pôr em causa este Executivo. Aquilo que foi feito foi feito mal feito. Devia-se ter precavido a questão das acessibilidades para solucionar o problema. Começa-se uma obra que não tem, por outro lado, os acessos, condições para se fazer. E interrompe-se o fluxo para Seia. E, agora que chega a altura das miniférias de inverno, portanto, da neve, as pessoas que querem ir para Seia vão por Gouveia. Portanto, Nelas está a perder, cada vez mais, a passagem dos Turistas, a passagem dos visitantes. Toda a gente, todo o fluxo que se fazia por aqui vai deixar de ser feito porque vai por outro lado. A questão seguinte era se, realmente, há falta de verbas para as obras, portanto, as obras do Concelho e os prazos de conclusão são duvidosos. Portanto, eles viram um caso, que é o caso aqui da Av.ª João XXIII, uma obra que já devia estar acabada e ainda está por acabar. Depois, também, saber, realmente, do PT 2020, do PT 2030, do PRR, o que é que Nelas candidatou. O que é que Nelas tem de novo com estes, com o PT 2020 e com estes projetos. Portanto, saber quais é que estão em curso e se há candidaturas que foram lançadas. Mais: Voltar outra vez à iluminação led. Para quando é que estamos a pensar em finalizar? A delegação de competências na questão da Saúde, já se falou aqui há bocado àcerca disto. Portanto, aquilo que ele viu, a notícia que ele viu foi que, realmente, o Centro de Saúde ia alargar os horários. Mas ele pergunta a ele próprio porque ele já não tem Médico de Família há 3 anos. Inclusivamente, há um Protocolo ao abrigo lá dos Mineiros, que deveria ter consultas todos os anos. Portanto, já há 3 anos, nem exames, nem consultas. Estende-se o horário, mas não há Médicos que façam o acompanhamento desses horários. Na questão da Educação, realmente, se já foram feitas, estão concluídas as delegações de competências. Relativamente ao amianto, se todas as Escolas já estão livres desse problema do amianto. A outra questão era o Reservatório da Água, lá em cima, se aquilo já está a funcionar, se não está a funcionar. Se vai haver aumento de água, ou não. Em questão de Habitação Social, se vamos ter Habitação Social, ou não. Se vai aumentar o IMI. Em relação à Barragem, falou-se há bocado da Barragem de Fagilde e ele acha engraçado e caricato porque nós tivemos todas as hipóteses para termos um Barragem aqui no Concelho e perdemos essa hipótese. Ou seja, podíamos ter Girabolhos, não a funcionar em pleno, mas, digamos que a 50%. Tínhamos o problema da água resolvido. Inclusivamente, podiam-se fazer ali umas brincadeiras de Motonáutica, umas coisas do género. Mas isto é a brincar um bocado. Mas o que é certo é que a Barragem de Girabolhos era uma mais-valia e optou-se por andar a meter alcatrão, que neste momento, está todo desfeito, nas estradas e o problema mantém-se, que é o problema da falta de água. Depois, há um ditado muito velho que diz que: "Diz o roto ao nu: Porque não te vestes tu?" Em relação ao Associativismo, falando um bocado agora como Presidente do Dão Nelas, ele gostava de saber, realmente, sobre a limpeza dos caminhos. Se é intenção desta Autarquia nomear um Vereador para o Desporto. Saber também da Quinta da Cerca, porque é a tal declaração de intenções. Fala-se muito na Quinta da Cerca, muitos projetos, muita coisa, mas não se faz nada. Inclusivamente, a Quinta Pedagógica, que era para ser lançada, não foi. A Ciclovia junto à Variante. E há uma questão que é o Caminho do Estraga Rodas que, na semana passada, na semana passada houve um buldózer, que limpou, limpou não, levantou tudo o que era o caminho e deixou aquilo num estado lastimável. Não está a falar na Zona onde o Senhor Rego tem os terrenos. Está a falar no início do Estraga Rodas. Portanto, a máquina estava lá. Só não viu quem não quis. Portanto e acha que é um atentado. Mas mesmo àquilo que se faz, mesmo aquilo que eles fazem, os empresários Vila Madeiras, seja quem for, ele acha que é um atentado à inteligência dos Municipes, estragarem um caminho e depois não porem um caminho nas condições normais. Para já, era isto. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor José Manuel Ferreira. ----------

---- O Senhor José Manuel Ferreira cumprimentou o Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Funcionários e a Digníssima Plateia. Afirmou que vinha aqui, mais uma vez, pedir o problema daquela Rua do Freixieiro que, desde sábado, a partir das oito e meia da manhã, esteve intransitável e só passavam carros. É uma coisa impressionante. Ninguém consegue ali passar. Pediu barreiras para lá. Não há

barreiras. As pessoas passam e não querem saber de nada. E ninguém consegue ali transitar com tanta chuva. Ele sabe que é muita chuva. Mas tem que haver uma solução para aquilo. Ainda ontem falou com uma pessoa. Tem a ver com a vala e depois tem a ver com a chuva. Mas, quem vive ali são eles. Isto é muito bonito ele vir aqui falar. Ele vem aqui em nome de todos porque ele vive lá e diz: É pá, vão lá. Eu também lá vou dar a cara. Ele não vem aqui dizer que tem que ser resolvido no imediato, mas tem que se resolver. Outro problema é o seguinte: Em 2017, a E. N. n.º 234, depois daqueles grandes fogos, foi toda limpa até cá em cima. Ele pertence a uma empresa que vice, essencialmente, do Turismo. Aquilo está, já nem sinais se veem, não se vê nada. Não sabe se é da responsabilidade da Câmara, se é das Estradas de Portugal, não sabe. Acha que deve ser feito, pela parte do Executivo, por quem dirige a Câmara, ou por quem está à frente desses Pelouros, mandar um ofício, aquilo quer-se limpo. A entrada de Canas de Senhorim é vergonhoso o que ali está. Aqueles pinheiros são da EDM, não são da Câmara, estão com as hastes a passar para fora. As pessoas que caminham lá têm que se baixar. Aquilo quer-se tudo aprumado. Isso, acha que é da EDM. Terá que ir um ofício aqui da Câmara a pedir porque aquilo está num bem público. Uma pessoa ali, tem que fazer assim com a cabeça. O chão está um perigo. Aquela caruma, toda podre. Aquilo é um perigo que ali está. Isso é outro ponto. Em relação à publicidade que saiu, recentemente, sobre o Hotel da Urgeiriça e que tem que dizer aqui: Obrigado, ao Senhor Vereador Aires Santos por o que ele faz, porque o Hotel vive só do Turismo, não vive de mais nada, não tem outra fonte de rendimento, em que o Senhor Vereador Aires Santos proporcionou ao Hotel Urgeiriça ser, mais um vez, levado a quase a todo o mundo porque conseguiu levar lá a RTP garças ao altruísmo dele, como Pintor e a Equipa que o compõem. Pela primeira vez, ele, José Manuel Ferreira, viu obras do Senhor Vereador Aires Santos na televisão. E isto, parece que não, para eles foi uma ajuda muito grande. Portanto, ele gostaria que, futuramente, mais eventos que possam vir a acontecer, o Hotel é um Parceiro estratégico nisso, não tenham dúvidas nenhumas, como a Câmara, não tenham dúvidas nenhumas. Tudo o que se possa fazer em prol do Concelho, ele não fala em Canas de Senhorim, é em prol do Concelho. Neste caso, só temos um Hotel, acha ele, ainda não há cá mais nenhum. É o que ele está a dizer. Isso faz parte. Isso é um ponto que ele quer aqui, enaltece o Senhor Vereador Aires Santos pelo trabalho que ele fez. Outro problema é: O Senhor Presidente, há bocado falou e muito bem, sobre a água. Os prédios da EDM, ele vai trazer uma garrafa de água, a próxima vez, vai-se comprometer a trazer uma garrafa de água da sua casa, que tem tubarias, tudo novo. E quer que os Senhores provem aqui, se acreditam nele, ele vai trazer uma garrafa de água e vai trazer uma garrafa de água de outro Município. É que ele tem as duas partes para trazer. E se alguém aprovar aquela água para se beber que diga: Você está maluco. Tem que ser internado. Porque aquela tubaria tem quarenta e tal anos. Mas ele disse aqui qual é a solução. Ele paga a água como os outros pagam. A qualidade da água é que é zero. Outro dos problemas que ele quer aqui falar, já uma altura disse para enterrarem os machados de guerra, porque ele vem aqui e nem sabia, pronto, pediu desculpa, não pode falar. Está a ouvir. Acha que se falam aqui em coisas muito sérias para o Concelho e para os futuros vindouros que hão-de vir, é a maneira como entre Presidente e a parte da Oposição e os outros Senhores Vereadores e a Senhora Vice-Presidente, acha que tem que ser sério dos dois lados. Quer daqui. Quer dali. E o ser sério, ele, agora, fala e ele aponta o nome ali do Senhor Vereador Artur Ferreira, que é uma pessoa que ele estima, a maneira como ele se ri, a maneira como ele, acha que não o dignifica quem está aqui. Acha que o Senhor Presidente tem a palavra, deve falar. E, mais, há um mecanismo, não sabe se é possível pô-lo cá, que é um relógio fixado com o tempo para cada um. E acabou o tempo, acabou o tempo. A Assembleia da

República tem esse sistema. É quase a mesma coisa. Segundo, deveria haver aqui um ecrã, quando os Senhores estão a apresentar as Contas, quem está deste lado, seguia as rubricas, porque, isso, já há Câmaras evoluídas nesse aspeto. E aqui também. Esta história de estar aqui com o microfone na mão é uma situação de recurso. Tudo isto está obsoleto, por aquilo que ele vê. E acha que também devia ser mudado porque isto é uma infraestrutura que faz parte de todos os Municipes. Ele está aqui a falar com o microfone na mão e não lhe custa nada, mas isto é uma realidade. Outro ponto que ele quer falar é em relação às limpezas da Rua que vem, depois de se passar por baixo do Viaduto, quem vai para o Jardim-Escola João de Deus, aqueles passeios, valha-me Deus, pá. Aquilo está, andaram lá a tirar os coisos para meterem, acha que foi uma conduta, não sabe se foi de água, se foi de eletricidade, está lá um lixo para tirar. Aquilo não está tirado. Acho que deviam também fazer outra coisa e os Senhores não têm culpa nenhuma porque ele sabe que os Senhores não têm culpa, mas aplicar aqueles sinais quando os animais saem para a Rua porque eles não têm que estar encurralados 24 horas, devem, sim senhor, os seus donos passearem os animais, mas levarem o saquinho para limpar os dejectos, que é uma vergonha uma pessoa passa e quando chega a casa é que dá conta. Os Senhores não têm culpa nenhuma, mas isso faz parte. Outra coisa que ele queria dizer em relação às barreiras lá para cima. Ele, qualquer dia, vai ter que pôr ali alguma coisa que dispare, se calhar, tipo uma coisa que dispare para lhes mostrar a velocidade que se passa ali de moto, de carros, é impressionante aquela rua. E acha que aquilo se resolvia ali com duas barreirazinhas, eles tinham que abrandar. Qualquer pessoa de moto que passe ali a cento e tal, como passam, se passar por cima daquela barreira, ele voa. Não tem hipótese. Ele vive lá e diz: Qualquer dia leva-me aqui um velhote, ou uma velhota e ele, também, para velhote, está a ir. Acha que isso tem que ser acautelado. É a sua opinião e vale o que vale. Ele tinha aqui mais umas coisas porque ele já cá não vem há uns tempos. Esteve ausente por motivos de saúde. Há bocado, quando a Senhora Vice-Presidente falou em relação aos projetos que foram submetidos pelo antigo Executivo, que foram chumbados, ou que não passaram, quer dizer, fala-se nisso, ma não se diz porquê. A Senhora Vice-Presidente disse e muito bem, os projetos foram metidos, mas foram. Não, não disse porquê. Falta de verba? Isso, ele, não ouviu. Negligência de quem os meteu? Acha que isso devia ser explicado. Pronto, ele, José Manuel Ferreira, quer dizer o seguinte: Quer voltar aqui mais vezes e ver aqui bom senso, bom senso, acha que é importante, porque há uma coisa que ele acha que também tem que dizer ao Senhor Presidente: Tem muitas pessoas que lhe dizem que não o conhecem. Ele já convidou o Senhor Presidente para sair, para ir a Canas de Senhorim. Vai ter com ele e ele vai levá-lo a determinados sítios para lhe dizer. Olhe, esta pessoa não conhece. Não é precioso ir pela sua mão. O Senhor Presidente não precisa disso. O Senhor Presidente tem a idade que tem. Que desculpasse lá: Estão a falar que, acha ele que o Senhor Presidente deve sair mais. Pede imensa desculpa. E era isto que ele só tinha que dizer. Agradeceu por o ouvirem. ---------- O Senhor Presidente afirmou que ia tentar ver se consegue responder a todas as questões que foram colocadas. Portanto, começa pelo Estimado Municipe João Rijo, que voltam a falara no passado e não falam no futuro. Que deixasse que lhe dissesse uma coisa, que é o seguinte: Quando o passado também é invocado e quando questões do presente têm a ver, que deixasse que lhe dissesse uma coisa: Ele, Senhor Presidente, também gosta, particularmente, de falar de futuro, mas o nosso futuro é o presente que nós temos e baseado no passado que tivemos. E, portanto, quando a parte remissiva não for calcorreada, mas for lembrada como ponto de identificação de muitas coisas, se se tiver que voltar lá, voltamos. Nós também falamos do nosso passado quando há questões que têm que ser referenciadas. Portanto, compreende o que está a dizer, mas, para se falar de futuro, às vezes tem que se lembrar de onde é que eles vieram no passado e onde é que eles estão. Portanto, tem a ver também com isso. A questão do comércio, dos cafés fechados e isso, como o Senhor João Rijo sabe, não falando de passado, mas é uma questão que se tem vindo a arrastara já há muito tempo, que é uma questão deles perderem ali, de qualquer maneira, alguma questão do Centro Histórico. O que é que ele, Senhor Presidente, pode dizer ao Estimado Senhor João Rijo sobre esta questão? Eles têm falado, mas também não depende da Autarquia, com os cafés, em particular, numa questão que eles têm ali, que é relevante, que é a questão dos domingos, por

exemplo, estar quase tudo encerrado. O Executivo tem sensibilizado os cafés. Tiveram uma reunião ainda há bem pouco tempo nesse sentido de, alguma forma, diligenciar esforços no sentido de os cafés poderem estar abertos ao domingo também. É uma coisa que, como o Senhor João Rijo, também sabe, não depende da Câmara porque é uma questão do Setor Privado. Agora, naturalmente, que a Câmara pode e deve, intervir no sentido em que se resolva isso. Mas, sim isso foi feito com os cafés no sentido de estarem abertos ali ao domingo. Agora, ele, Senhor Presidente, supõe que o Senhor Presidente está a falar, para já, na questão do Centro Histórico, digamos assim, de Nelas. Sim, também poderá dizer que aquele eixo tem um problema grande, que é a falta de habitação também, que também permite alguma afluência de pessoas. Também já falaram nisto neste Executivo, nestas reuniões, que era a questão de sensibilizar empresários locais, que tem sido feito, no sentido de um investimento que possa ser feito ali no que é a Pensão Mangas. Tem ali uma parte que ainda tem uma parte para espraiar e para fazer construção e que daria, naturalmente, uma vida própria também diferente ali ao Centro da Vila de Nelas. Há uma outra questão, que é um protocolo que está a ser feito, mas já há esse acordo, que julga que também já falaram aqui, que é reabrir o Jardim do Quintal dos Tavares para estar disponível ao Público, em particular, no fim-de-semana, com atividades, com exposições, com feiras do livro, com concertos, de maneira a também devolver um pouco do que é algum movimento àquela artéria principal e mais antiga da Vila, assim como a componente toda que tem também a ver até com a Requalificação que houve do Escanção e a parte do que eles estão a falar do reordenamento até do próprio trânsito, de forma a confluir muito com o que é o trânsito, outra vez, para o Centro da Vila de maneira a dar também um incremento nesse sentido e a libertar de lugares de táxis para, eventualmente, terem ali mais espaço para aquilo que o Executivo tirou também. E, além de tudo, também há um conjunto de atividades pensadas em termos de atividades culturais para, de alguma forma, recuperar também com o fim-de-semana, quando se proporcionar, motivos para isso acontecer. Há também ali duas, ou três questões, no privado, ou a Câmara a fazer o que tem que fazer, que é, no que lhe foi solicitado, fazer de intermediário também. Há investimento, num eixo estratégico também, que está encerrado há muitos anos, poderá vir a reabrir. Portanto, é uma questão que também não vai falar porque não faz sentido para já, pede desculpa, mas também, como compreenderão, em muitas situações, não da Câmara, mas está a falar do foro privado, mas onde poderia acontecer. Há um investimento privado na área do vinho e da viticultura, também muito relevante para aquela parte que tem a ver ali com o Largo Vasco da Gama. Também há um investimento em curso, privado. Há ali a questão do que era a Taberna do Chefe, que era um espaço que também dava alguma vida, aquilo é privado. Também há diligências nesse sentido, como para a reabertura do Bar das Piscinas que o Executivo tem tentado, de alguma forma, junto a muitos e há já interessados nesse sentido. O Executivo espera, brevemente, trazer, já cá trouxe. Acabou por não haver candidatos. Espera vir a trazer outra vez. Era bom que houvesse no verão, até na Mata das Alminhas, no Parque de São Miguel, até para lhe dar ali outra vivacidade e também, naturalmente, na articulação com os outros pontos. Está a falar deste aqui porque foi o que o Senhor João Rijo falou na questão de, particularmente, Nelas, que julga ele, Senhor Presidente, a aceção. Mas, prontos, os cafés fechados à noite não dependem do Executivo. Agora, que está a ser feito o que o Município pode fazer? Pode. E, houve, julga ele, Senhor Presidente, até sensibilidade nesse sentido de se reabrir outra vez ao domingo. E também da parte que terá depois até a ver com a exploração do Mercado Municipal e também de ter uma loja âncora ali, de um café com esplanada e com refeições rápidas para também dar movimento e vida às coisas. A parte do comércio, a parte do comércio, ele, Senhor

Presidente, acha que também tem, de alguma forma, acontecido com o facto de se ter muito localizado o que é o comércio para a Av.ª João XXIII e deixar de ser aquela. E, se calhar, isto vem a talhe de foice sobre aquilo que eles falaram. A Av.ª João XXIII, o Projeto da Av.ª João XXIII, é o tempo para ser feito, porque o Projeto da Av.ª João XXIII, havia ali algumas questões que são importantes. O que é importante naquele Projeto não é tanto o que é feito à superfície. Não quer dizer que não seja sempre importante. Mas, ali, as questões das águas pluviais e, particularmente, no que é a parte que não se vê, a parte do que já aqui falaram, da ligação em baixa e podem voltar lá rapidamente, que tem a ver com as ligações, tem a ver com a canalização, tem a ver com os esgotos. O que o Executivo aqui fez foi o binómio do retorno com o investimento. Portanto, os Serviços, o que lhe informaram e bem e vem com as contas para serem feitas foi, com a comparticipação que havia, é mais rentável para o Município aproveitar a candidatura do que a deixar cair e fazer de novo, como, por exemplo, tem que fazer na Rua Luís de Camões e na Rua Sacadura Cabral, portanto, na chamada Estrada, que era a Estrada, anteriormente, a principal, digamos assim, da Vila. E, aqui, acha que já se pode ir para essa parte porque também falou sobre essa questão, é assim e que lhe permitisse que fizesse isto. É assim: Eles estão a falar desde os registos que há, até antes do próprio Regime Democrático como ele é, a primeira intervenção. Grande parte daquilo está em fibrocimento. O que os remete para duas coisas: Um, é ao fim destes anos todos, as ruturas são uma questão inevitável. Tem a ver depois com a depressão que também que há do declive e também com a pressão que é feita, também exponencia. Mas, também mais importante, na perspetiva do Executivo, tem a ver com a Saúde Pública e estarem a fazer, aquilo não é Nelas – Freguesia que está em causa, mas é, digamos assim, o Concelho todo porque dali ramificam um bocado para o Concelho, em particular, para, grosso modo, de grande parte da população do Concelho. Ele, Senhor Presidente, tinha dito isso. Não sabe se o Senhor João Rijo ouviu, quando falaram logo no início que, no âmbito do PT 2030 e acha que vai lá também aqui. Se, entretanto, saltar, que é para não andarem ponto a ponto. O que eles falaram é o seguinte: Em termos de Quadros Comunitários, o PT 2020 está terminado. Portanto este Executivo não pode fazer candidatura nenhuma. Tudo o que estava feito em termos de candidaturas está feito. Pronto. O que eles têm em sede de PT 2020 é overbooking onde se pode ir, eventualmente, buscar alguma coisa que era o que o Executivo estava a pensar no tal Projeto da Reutilização da Água onde haver um financiamento mais substancial para evitar um maior investimento do erário público, dito, do Orçamento Municipal. O que está, neste momento, a decorrer é o PRR. Dentro de grande parte das coisas que estão no PRR têm sido levadas para IPSS,s, para o Setor Privado, para a Indústria. O que tem a ver e que o Executivo possa candidatar, até agora, os Avisos que foram feitos, foram candidatáveis. Um, o que eles falaram da questão da Mobilidade Sustentável na Requalificação do Centro Urbano de Santar. Dois, na questão dos Centros de Saúde no migrar para lá. E três, no que o Executivo está a fazer com a Habitação Social. Na Habitação Social tem um apoio que pode ir, depois, grosso modo, a ⅔ do que é a comparticipação. Em sede de PRR, projeta para 100%. Portanto, os benefícios são, claramente, superiores. E, portanto, tudo o que tem havido, em termos de PRR, de candidaturas, as candidaturas têm sido feitas. O que é do PT 2030, eles, aqui, já falaram disso e ele, Senhor Presidente, julga que o Senhor João Rijo também estava cá e hoje voltaram a falar sobre isso, que é, que vai haver a reunião com a CCDR, com as linhas orientadoras, que o Município já submeteu as linhas gerais, o que já falaram aqui do que eram as linhas estratégicas do PT 2030, que é a Requalificação e já falaram hoje aqui, mas pode-se voltar a falar, Requalificação do que é muito do edificado do Município, leia-se equipamentos, leia-se as Piscinas, leia-se o Pavilhão, leia-se tudo o que tenha a ver com a Biblioteca, Edifícios Municipais, Escolas. Portanto, é bom que o Executivo tenha equipamentos, mas é bom que o Executivo tenha equipamentos em condições com qualidade para não serem degradados e para ter em condições. Muitas dessas candidaturas enquadram-se em pequenas reabilitações e em Eficiência Energética. E, portanto, essa é uma das linhas da candidatura. Falaram, outra vez, hoje e têm falado amiúde sobre isso, bem como a parte das Escolas e como falaram, na mesma, do Ciclo Urbano da Água, das ETAR,s e, particularmente, da água. Sendo certo que a distribuição em baixa da água tem muito a ver

conforme se mexe ali. Não é só abrir a vala e fazer uma parte. Já que se vai fazer a intervenção, a intervenção é feita, em condições não é o termo, mas faz-se de uma forma dística. Já que se faz a intervenção, faz-se a intervenção em termos de canalização, em termos de saneamento e em termos de tubaria. Portanto, é nesse sentido que está a ser pensado. Hoje, o que aconteceu na água não foi tanto uma rutura, em abono da verdade, embora o Aviso também tenha que ser feito. O Executivo não tem problemas nenhuns porque as coisas são como têm que ser e as pessoas têm que ser avisadas. É uma questão de manutenção e a manutenção é feita, esporadicamente. E também é feito o sistema de manutenção ao Sistema. Sobre a iluminação led também já falaram aqui, mas podem, não sabe se foi com o Senhor João Rijo, ele, Senhor Presidente, confessa. O problema que há é com a E-Redes e o que está instituído é fazer a substituição de toda a luminária até 2027. Não é deste Município, é dos Municípios, que é o que está protocolado. A possibilidade que havia de ser uma coisa diferente é através da constituição de uma ESE, que é uma comunidade de energia, onde muito do que são as contrapartidas financeiras da Autarquia eram concedidas à E-Redes. E, portanto, o que é feito nesse sentido é tentar, com a E-Redes, mas isso, são eles, os Municípios todos, a pedir para ser um processo de aceleramento. Portanto, em limite, será 2027, o desejável. Eles também queriam que já estivesse feito, até por causa dos consumos energéticos, em particular, como é óbvio. E, depois, com a iluminação, eles também já tinham falado nessa questão de já estar pronto. O que está ser cumprido é o que está estabelecido. Quando foi iniciado, até agora, já estava, sensivelmente, os 50% do cumprimento. Eles desejariam, obviamente, que já estivesse nos 90%, ou nos 100%. Era bom e já vão até nas percentagens, depois, para a água, era bom que isso fosse, mas não é. E, portanto, o que eles podem fazer é sensibilizar a E-Redes, do que ouve do nosso Município e do que ouve dos Municipios todos. E, portanto, está, devidamente, confortável com o contrato que tem de fazer até 2027, que é a obrigação deles. E, portanto, vai fazendo, paulatinamente e o calendário deles não é, propriamente, o calendário deste Município. Sobre a delegação de competências sobre a Saúde, rapidamente, o Executivo não assinou ainda o Auto de Transferência na Saúde e não assinaram porque há um conjunto do Caderno de Encargos que o Executivo acha que não é exagerado, mas é o exigível, que tem a ver com, primeiro, estar consignado o Projeto da Requalificação dos dois Centros de Saúde no PRR, vir e vir o montante e a dotação orçamental para a Requalificação. Essa é uma das questões. A segunda questão tem a ver, naturalmente, com os Quadros. Há Quadros que estão a ser extintos, no âmbito do Ministério, à medida que as pessoas se vão aposentando e o Executivo quer que os Quadros fiquem abertos, quer de Médicos, quer de Assistentes, quer de Enfermeiros, de forma a não haver, obviamente, a extinção do posto de trabalho e depois não ser substituído. E, isso também é uma questão negociada. E, naturalmente, o funcionamento dos próprios equipamentos e a verba de manutenção que vem para custos de funcionamento, de eletricidade, água, gás e afins. E, portanto, naturalmente que isso não é feito. Agora, o que tem sido feito em reuniões diversas com as Direções dos dois Centros de Saúde é no sentido de a Autarquia acompanhar e no que é solicitado, a Autarquia tem disponibilizado o apoio até no que é na sua esfera de pedidos que lhe têm sido feitos até de manutenção que o Executivo não tem regateado também nenhum deles, tanto do Centro de Saúde, da Unidade de Saúde Familiar de Canas de Senhorim, como da de Nelas. A de Nelas o que foi reposto foi, nesta primeira fase, a questão do funcionamento do horário até às 20 horas. E, há, das reuniões decorridas, com a Direção do Agrupamento o prolongamento do funcionamento. Agora, ainda este mês, o mais tardar no início do próximo, que é isso que está acordado, para a prorrogação até às 22n horas e a abertura ao sábado, recuperando um funcionamento já bastante anterior. Também já foram

recuperadas, que estavam desativadas por causa do COVID-19, já desde o início de dezembro, as consultas de Psicologia e de Nutrição. E, portanto, o Executivo julga que nesta questão da Saúde tem havido evoluções nesse sentido. Não as que gostariam todos que fossem feitas. Sobre a questão dos Médicos é uma coisa que não depende, nem nunca dependerá. O Executivo ainda questionou a Senhora Presidente do Conselho de Administração da ARS, nossa conterrânea, oriunda, natural do Concelho de Nelas, naquela possibilidade que haveria dos próprios Municípios poderem propôr ser um Médico contratado pelo Município, ou um Aposentado, ou isso. Mas, isso está vedado. Não é possível fazer isso porque o Ministério não autoriza. Da mesma forma, até para mexer nas plataformas, não é qualquer Funcionário. O Executivo pode oferecer 5, ou 6 Funcionários, passa o exagero, para suprir alguma coisa, mas como eles não têm as credenciais, não têm o acesso, não o podem fazer. Melhorou também porque, finalmente, entrou agora, a partir de 2 de dezembro, o dia 1 foi Feriado, um novo Assistente Técnico no Centro de Saúde de Nelas que faz com que haja uma resposta maior e ele, de facto, pode mexer nas credenciais. E, portanto, é nesse sentido que está a decorrer. Na questão da Acção Social, vai começar agora em 1 de abril. E a Educação, o que eles estão a falar, houve a transferência de competências. A transferência de competências tem tido uma fatura pesada. Basicamente, passou o que é o trabalho administrativo todo para as Câmaras. Nada mais que isso. Basicamente, o Executivo processa vencimentos, entram vencimentos e processa vencimentos, grosso modo, também. A autonomia da gestão das Escolas, os Docentes, os lugares dos Quadros e dos rácios dos Agrupamentos, o Executivo tem trabalhado em sintonia com isso. Pelo contrário, até têm um deficit ainda de 65.000,00 euros nas remunerações, que é o Executivo que tem que, já instaurou a Direção Geral, a DGESTE já respondeu que o Executivo tem razão, mas que ainda não fez essa atualização. Mas, já desde maio que tem feito essa solicitação, do ano anterior. E, portanto, no resto, pronto, tem a ver com isto, até com esta alteração orçamental porque o Executivo, basicamente, tem mais 90 Funcionários, apesar de serem do Quadro, de gestão diferente. Depois, ainda há aqui a gestão, se calhar, não se vai alongar muito, no que é a gestão dos Agrupamentos e a gestão do Município. Pode ficar para outra questão. Sobre a Habitação Social, ele, Senhor Presidente, julga que, de alguma maneira, já também foi falado um bocadinho até pela Senhora Vice-Presidente. Portanto, a Habitação Social, havia uma candidatura no âmbito do Protocolo que foi firmado com o IHRU, com o Instituto de Habitação. E, portanto, há a possibilidade não só este Município, mas grande parte dos Municípios da CIM estão a tentar fazer a migração para, não desvirtuando o foco, tudo o que lá está consubstanciado em termo de esforço financeiro. Sobre a questão do IMI, se vai aumentar, ou não? Não. Já foi aprovado aqui na Câmara e na Assembleia Municipal onde tem que ser aprovado. Aqui é só uma recomendação que vai. E o IMI mantém os mesmos valores. Portanto, não houve nenhum imposto que fosse aumentado. Pelo contrário. Manteve-se um que era decorrente da COVID-19, que era estribado numa Lei do Governo e eles manteve isso em termos de Executivo, que tem a ver com o apoio, estava a falar há pouco do comércio, aos pequenos comerciantes, que até 150.000,00 euros do valor, isentar de derrama também. E, portanto, ele, Senhor Presidente, julga que é uma medida que vai ao encontro da expetativa dos Municipes e é um apoio. Sobre a Barragem de Girabolhos não há muito a falar sobre isso. A Barragem de Girabolhos foi o que foi. Ele, Senhor Presidente, lembra-se que o Senhor João Rijo acompanhou, enquanto Municipe, de muitos dos debates nesta sala sobre a Barragem de Girabolhos. Portanto, julga que muito disso já foi debatido. Mantém a opinião, julga que, de facto, que a Barragem de Girabolhos devia ter sido priorizada e, se calhar, tinham o problema da água resolvido. Se calhar, além do problema da água, tinham ali uma questão elétrica que também estava associada, que era a parte que estava associada para armazenamento e para funcionar para a parte elétrica também. E, eventualmente, também estava a ser estudada a parte do lazer também que podia ser mais um alavancar da atratividade territorial. Mas as coisas são como são e não foi. Não volta atrás. Portanto, o que eles têm é, agora, deixar de olhar para o passado, já que o hoje não existe e tentar ver essas questões. A questão da água, a questão da água se vai aumentar, ou não? Se vai ser atualizada? Vai. Vai ser atualizada. Não sabe se o Senhor Municipe cá estava na altura. É a água e o saneamento que decorre do que é

uma Diretiva que tem a ver com as candidaturas do Executivo, que o obrigavam a fazer uma taxa de recuperação de 90%. O que não acontecia. E é obrigatório estarem, sob pena de o financiamento que o Executivo teve de 5,5 milhões de euros de Fundos Estruturais ter que ser devolvido. Sobre a questão da Quinta da Cerca, a Quinta da Cerca e a Quinta Pedagógica, ele, Senhor Presidente, julga que o Senhor João Rijo também se recorda do projeto original, ainda do século passado, que tinha, de facto, um projeto associado bastante interessante que houve ali ligado a uma empresa, a uma Consultadoria, que era a Liga dos Amigos de Conimbriga, que tinham um projeto, que eram eles para desenvolver o projeto, que não andava muito longe daquilo que falaram há pouco, julga que ouviu, que era a questão da parte da preservação da fauna e da flora, haver uma Quinta Pedagógica, haver ali uma parte sensorial até para invisuais e tudo. Havia ali um conjunto de coisas com o apoio da casa. Pronto, o que eles têm ali é um potencial para explorar. E julga que estão criadas as condições com a ajuda de Parceiros, Parceiros estratégicos, ele, Senhor Presidente, julga que faz sentido. Um deles, obviamente, tem a ver com um que está lá instituído também, em termos de BTT, também em funcionamento. Falta agilizar ainda, em termos de CIM Viseu Dão Lafões, a parte final depois para operacionalizar isso. Mas a questão da Quinta da Cerca, de funcionar enquanto, ele não diria Quinta Pedagógica porque, seguramente, vai por aí, mas a preservação da fauna e da flora, em particular da flora, da nossa floresta autóctone, julga que sim. Isso foi feito com o now how, com o conhecimento pelo Departamento do Ambiente do Instituto Politécnico e com a Escola Agrária e outros atores sociais que têm conhecimento e que possam, de alguma forma, desenvolver um trabalho consentâneo nesse aspeto, claramente que sim. Na questão do Caminho do Estraga Rodas, sim, de qualquer maneira está a ser feito o acompanhamento. Tem que ser feito esse acompanhamento. Mas esse acompanhamento também é baseado muito, em grande parte, algum desbaste que também tem havido no nosso Parque Florestal de iniciativa privada que, infelizmente, por um lado, não dá para condicionar. Mas que o Executivo também gostaria de não ter a ver com o assunto. Pronto, por via do desporto, deixa isso para uma outra questão porque está aqui o Senhor João Rijo e sabe quem é. Sobre este aspeto, em relação ao Senhor João Rijo, está. Em relação ao Senhor José Manuel, a Rua do Freixieiro está, devidamente, sinalizada. Pronto, ele, Senhor Presidente, sabe que sim. Percebe a sua questão enquanto morador, também, como é óbvio. Dizer-lhe também que, de facto, também não tem sido fácil. Primeiro, fazer qualquer empreitada com estas condições climáticas também não é fácil. E, em abono da verdade ter que andar, sistematicamente, também com aluimentos de terras em vários pontos, em reparação, em Proteção Civil, em estradas, onde circula, a fazer reparações, também não é fácil. Mas, como é óbvio, o Senhor José Manuel está a falar naquilo que lhe concerne também. Portanto, a sua preocupação faz sentido. Não está esquecida. Pronto, é uma questão, de facto, de não haver outra possibilidade. Sobre aquela questão que já se arrasta, na sua memória, desde 2017, a responsabilidade, de facto, é da IP. O Executivo já tem também alertado para o efeito. E, supõe que, naturalmente, já foi feito no passado. Ele, Senhor Presidente, acredita que desde essa altura, também o próprio Executivo anterior também tenha diligenciado esforços junto à IP no sentido dessa resolução. A IP é muito boa a exigir que seja cumprido isto, ou aquilo. Numa rotunda, qualquer intervenção que seja feita, o Executivo até tem aí umas rotundas que foram rejeitadas as propostas e com coisas minimalistas, só para decorar as rotundas, por causa da visibilidade, percebe-se. Mas, umas, não se percebe tanto. Mas, depois, no que é a contrapartida da IP, seja na reparação de vias, seja nas faixas de contenção, portanto, é como é. Mas o Município tem que fazer o seu trabalho? Tem. Tem que dirigir? Tem também. As coisas são como são. Também já estava marcado, amanha há, por causa disso e não só, uma

reunião com o Empreiteiro e com a IP, com a Delegação Regional, não só por causa disso, em abono da verdade, até, particularmente, tem muito com a empreitada da Linha da Beira Alta e com a visita, depois, que há-de vir do Senhor Vice-Presidente da IP. Sobre o Hotel da Urgeiriça, é um espaço icónico. Tudo o que possa ser feito é de relevar, é de enaltecer. E, portanto, julgo que é uma que tem sido feita já ao longo dos anos, Privados, Público e bem. Tudo o que são iniciativas de promoção territorial que têm sido feitas, as Feiras do Vinho, as Semanas do Município, muita gente que vem de fora fica lá instalada. Há mesmo convidados que fazem questão de ficar lá. E, portanto, esse procedimento é feito. Da mesma forma, como muito do que é do Posto de Turismo, quando é solicitado, ou visitas, ou Guias, ou isso, que tem sido utilizado, obviamente que o Executivo remete sempre para os espaços do nosso território. O Senhor Vereador Artur Ferreira não precisa, pela segunda vez hoje, que ele, Senhor Presidente, seja Advogado de Defesa dele. Mas ele, Senhor Presidente, julga que, portanto, naturalmente, é assim: Há comentários e há intervenções que são feitas também no âmbito do que é o debate político. E, portanto, não lhe parece que ninguém tenha sido desrespeitado. Não lhe parece que ninguém tenha sido ofendido por causa disso. E, se o acharem, por exemplo, ele, Senhor Presidente, até podia estar a achar o mesmo porque está a falar com o Senhor José Manuel e estão a ter comentários laterais. E, portanto, a vida é assim que é. No que concerne às barreiras na via e às barreiras acústicas, nas reuniões, no que concerne às barreiras na via, é assim: Não era só aí, mas está a ser inventariado também. Há um programa também da CIM. Isto tem a ver com os tempos. Uma coisa é a perspetiva de nós enquanto utilizador e enquanto morador. E, isso, percebe-se. Outra coisa, depois, é o que é possivel também com financiamentos. Dito isto, há bocado o Senhor João Rijo falou nisso e quase toda a gente. A Rua Sacadura Cabral, a Rua Sacadura Cabral está assim há décadas. Nós não podemos dizer: Não foi feito, está escudado. Não, não é isso que está a dizer. O que está a dizer é que a intervenção, para ser feita, ou é uma intervenção de fundo, já que se vai rasgar e os custos são exponenciais. Não se vão escudar disso. Mas se há um Quadro Comunitário que pode custear essa intervenção, no mínimo 85%, não faz sentido? Faz. Ele, Senhor Presidente, sabe que não é fácil e os tempos podem não ser os mesmos na resolução. Mas há questões que podem ser feitas dessa maneira. Agora, que já está a ser feito o procedimento porque pode arrancar para se ganhar tempo, para se fazer o concurso, para se fazer o projeto, para se lançar, para se iniciar o procedimento e, ao mesmo tempo, avançar com isso e candidatar, que já há orientações nesse sentido no PT 2030? Há. E são essas que estão a ser cumpridas. Depois, o Senhor José Manuel falou aqui dos projetos que foram chumbados, julga ele, Senhor Presidente. Ele, Senhor Presidente, vai falar com aquilo que já está registado. Vai falar sobre aquela questão que tem a ver, do que falam disto é das questões factuais no que concerne a isto. Não foi retirado de um lado para outro. Como o Senhor José Manuel compreende, não pode ir para todas as ruas. É impossível. Mas, ali é a entrada. Ali o local que é. E como o Senhor José Manuel falou e bem, tem uma entrada para Canas de Senhorim e para a Urgeiriça. Tem uma parte no investimento empresarial também grande. Ele, Senhor Presidente, agora, só estava a voltar atrás por causa do muito que foi falado hoje. Os projetos foram chumbados porque foi aquilo que lhes foi dito pela Senhora Presidente da CCDR. O Executivo não põe palavras e isto está no Relatório da CCDR. O Executivo não põe palavras na boca, de uma coisa destas, como é óbvio. Para terminar e para fazer parte desta síntese. O Senhor José Manuel, eventualmente, não esteve cá e está a fazer a pergunta hoje, tem direito à resposta. Pronto. Já foi falado várias vezes. A CCDR, na ronda que fez com os Municípios todos, pós-eleições, fez uma reunião com a Câmara em inícios de novembro, 5, 6 de novembro. Agora também não sabe precisar, mas foi no início de novembro. Tinham tomado posse há pouco tempo. E, obviamente, houve um conjunto de questões que o Executivo questionou. Portanto, é assim: Para não voltarem, outra vez, a isso, estão a falar, por exemplo, das Escolas e dos Centros de Saúde, que foram dados como dados adquiridos. Pronto. E o Executivo questionou a Senhora Presidente da CCDR e disse que os projetos não tiveram elegibilidade, não havia dotação, não foram só estes. Mas os outros também. E, portanto, tudo o que havia, projetos a nível geral, não especificamente, do Município. E, portanto, está lá e muito provavelmente, é uma questão até de recuperarem o Relatório, que

também deve lá haver isso. Está lá isso também. Portanto, não foram aprovados pela CCDR. Pediu desculpa ao Senhor José Manuel, mas que iam ter que terminar. Senão, andam aqui num pingue-pongue. Nem é má vontade. ----------

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Funcionária Dr.ª Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. ----------

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezassete horas e quarenta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 08 de agosto de 2022, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. ----------

O Presidente,

_____

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,

_____